

**Universidade de Santo Amaro
Curso de Serviço Social**

**Uma Reflexão sobre as Condições de Trabalho do
Educador Social**

Flávia Alves da Silva,
Magna Soares Ribeiro e
Rute Ferreira Batista Camboim

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social
para obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social

Orientador: Prof. Mestre Gerson
Heidrich da Silva

**São Paulo
2008**

UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO
EDUCADOR SOCIAL

Flávia Alves da Silva,
Magna Soares Ribeiro e
Rute Ferreira Batista Camboim

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Serviço Social
para obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social

Orientador: Prof. Mestre Gerson
Heidrich da Silva

São Paulo
2008

Flávia Alves da Silva, Magna Soares Ribeiro e
Rute Ferreira Batista Camboim

**UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO
EDUCADOR SOCIAL**

Banca Examinadora

Prof. Mestre Gerson Heidrich da Silva

Prof. Osmar dos Santos Cavalcante Mota

Dedicamos essa monografia ao pequeno Rafael dos Santos, 10 anos, que faleceu em um espaço sócio educativo no Município de São Paulo no ano de 2007. Aos educadores sociais que não pouparam esforços na tentativa de salvar sua vida. E a todos os educadores sociais e educandos, que juntos, dia após dia realizam o movimento de transformação da vida.

Em especial à Professora Maria Lúcia Garcia Mira, pelo compromisso ético e profissional com que realizou seu trabalho durante os 3 anos que acompanhou nossa formação acadêmica. E por toda sua trajetória profissional, que nos deu a oportunidade de presenciar, sendo exemplo de um verdadeiro profissional.

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar força, oportunidade e condições de chegar até aqui.

Meus agradecimentos especiais aos meus pais, Evanice e Jorge, por todo o amor e carinho a mim dedicado e me mostrarem a importância de lutar pelos objetivos e moldarem o que hoje sou.

Agradeço meu companheiro César, que tanto amo e que esteve sempre presente e me compreendeu nos momentos de crise. À toda minha família, em especial minha irmã Juliana, e amigos que participaram direta e indiretamente dessa etapa tão importante em minha vida e se fizeram compreensíveis à minha ausência.

Agradeço imensamente às companheiras de pesquisa, Magna e Rute pela força, dedicação e principalmente por trilharem esse caminho comigo.

À Fundação Cafu pela oportunidade dada a mim de ingressar na Faculdade de Serviço Social e por serem flexíveis nos processos de minha etapa final de conclusão de curso.

Um agradecimento mais que especial à minha pequena Luana que me acalmou o coração nos momentos de tensão, com seu lindo e sincero sorriso.

Obrigada pelo apoio e carinho de todos.

Flávia Alves

Em primeiro lugar, quero agradecer a minha família e em especial a pessoa de minha mãe, que foi minha primeira educadora social. Por conseguir ultrapassar a tutela maternal e enxergar que "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo; os homens educam-se entre si, mediados pelo mundo", mesmo sem nunca ter conhecido as idéias de Paulo Freire.

Às minhas companheiras Rute e Flávia, que aceitaram comigo, percorrer os caminhos da busca pela valorização do educador social. Obrigada por tudo.

À todos os colegas de sala, que estiveram presentes nos momentos de alegrias, incertezas e aflições. Sem exceções, todos contribuíram para eu me tornar quem sou hoje.

Aos amigos da Comunidade Cidadã, e em especial ao Magno, Vânia, Fernanda e Flávio, que me auxiliaram nos momentos de desânimo, trazendo-me de volta o fôlego.

Às amigas Cristiane e Danila, que sempre encontraram um jeito de estarem presentes no processo de construção desta pesquisa, seja por meio de telefonemas, e-mails, ou até mesmo bilhetes desejando animo e força.

Aos colegas de trabalho da saudosa "Casa da Praça", que me iniciaram na instigante busca do "ser educador social".

À supervisora Ana Paula de Almeida Arruda, os meus mais sinceros agradecimentos e admiração. Não só pela profissional competente e comprometida que é, mas também pela generosidade e leveza com que me recebeu como supervisionada e amiga.

Agradeço ainda à Paulo Freire, Mestre póstumo, em que me alimentei durante o decorrer desta pesquisa. A quem devo a inspiração e motivação que me conduziram a continuar e persistir na idéia da valorização do educador social por ele mesmo e por todos.

À todos os educadores e educadoras sociais, pessoas corajosas que aceitaram o desafio de se colocar no lugar do outro e ser com o outro, para além de uma posição. A esses trabalhadores que, imbuídos pelo desejo de contribuir para a construção de uma sociedade justa de fato, se abrem para realizar o movimento de construir-se desconstruindo-se. A eles, essência e inspiração desta pesquisa, todo o meu agradecimento e gratidão.

Magna Soares Ribeiro

Aos pequenos, Brendha e Gustavo que me ensinam a enxergar o mundo com os olhos da alma. Pela compreensão de minha ausência e por todas as noites as quais foram dormir sem ouvir histórias, pois estava buscando escrever a minha.

À minha mãe Etelvina, ser humano desprendido de todas as formas de preconceito e por todo amor sempre dedicado. Ao Rodolfo companheiro paciente que nas noites de minha ausência se fez presente ao lado dos pequenos. As minhas companheiras de pesquisa Flavia e Magna. Obrigada por tudo. Agradeço a todos os amigos, em especial Gloria, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis. Agradeço todo o apoio. Às minhas irmãs Rosa e Helena pela lembrança dos momentos lúdicos mais lindos da minha infância.

Em memória de meu irmão “ baby” pela capacidade de indignação diante das injustiças no mundo e que está presente em cada momento de minha vida. Agradeço a Deus por ter me proporcionado força para realizar o meu sonho.

Rute Ferreira

Com a mão no coração
Fechou os olhos
E sentiu-se descoberta.

Antes, tímida, perdeu o medo
Aprendeu a colocar seus sentimentos
Encontrou o seu valor;
E aumentou a sua visão de mundo.

Não tendo preconceitos,
Aceitou as diferenças,
Escutou, viu, percebeu o outro
E descobriu que,
Fazendo parte deste quebra-cabeça,
É uma peça importante
Que contribui, participa
E caminha com o objetivo comum
De transformar,
E saber que para isto,
É preciso sonhar.

Poema de Vanda Farias, educadora popular. 1996.
SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a Ser e a Conviver**. São Paulo:
Fundação Odebrecht, 1999.

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no NSE Riviera, da Sociedade Santos Mártires, na zona sul do município de São Paulo. Buscou conhecer as condições de trabalho do educador social que atua no Núcleo Sócio Educativo Riviera, conhecer quais são as demandas de trabalho dos educadores sociais colocadas pela organização empregadora, observar quais as condições de trabalho oferecidas ao educador social pela organização empregadora, e finalmente entender as estratégias construídas pelos educadores para o desempenho de seu trabalho. O estudo teórico voltou-se para as condições de trabalho do trabalhador da educação não formal: o educador social, os processos de trabalho, a reestruturação produtiva, a educação para cidadania, nas práticas de assistência social ligadas à educação e na regulamentação do Estado nos contratos de gestão com as instituições e Ong's. Focou a realidade da região a partir de um resgate histórico dos núcleos sócio educativos no município, em especial o NSE Riviera e a Organização Santos Mártires, bem como os dados gerais do distrito do Jardim São Luis e Jardim Ângela. O trabalho de campo foi desenvolvido nos meses de Junho à Outubro de 2008, através de entrevistas semi-estruturadas e questionários, com quatro educadores escolhidos intencionalmente. Foi possível finalmente observar que as tarefas atribuídas a esses sujeitos, não são claramente especificadas, e que sentissem necessidade de planejamento para melhor desempenho de suas ações, capacitação e comunicação na relação educador com a sua respectiva coordenação. Por meio da análise de dados também concluímos que os educadores apresentam um exercício de multifuncionalidade no processo de trabalho, ausência de momentos de planejamento, capacitação e formação, mas entendem a importância social e valorizam o trabalho sócio educativo que realizam.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I CAPÍTULO - CONDIÇÕES DE TRABALHO DE UM TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: O EDUCADOR SOCIAL.....	17
1.1 – Trabalho, Processo de Trabalho e Reestruturação Produtiva.....	18
1.2 – Educação para a Cidadania	25
1.3 – Educadores Sociais.....	29
1.4 – Práticas de Assistência Social e Regulamentação do Estado.....	34
1.5 – Instituições e ONG's.....	38
II CAPÍTULO - A REGIÃO DO M'BOI MIRIM E A SOCIEDADE SANTOS MÁRTIRES	44
2.1 – Município de São Paulo: Histórico dos Programas Sócio Educativos	45
2.1.1 Trabalho Social, Recursos Humanos e Direitos do Trabalhador.....	53
2.2 Núcleo Sócio Educativo Riviera	56
2.3 Organização Santos Mártires	59
2.4 Área de Interesse da Pesquisa: Distrito do Jardim São Luis e M' Boi Mirim ...	63
III CAPÍTULO – AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL	68
3.1 Os Sujeitos da Pesquisa	70
3.2 – Definição de Atribuições e Capacitação e Formação sobre as Ações Sócio Educativas.....	74
3.3 – Comunicação e Coletividade.....	83
3.4 – Relação Estado e Organização.....	86

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES.....	94
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	102
ANEXOS.....	107
ANEXO 1 – Relatório de Observação de entrada em campo	108
ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	111
ANEXO 3 – Instrumento de Pesquisa	113
ANEXO 4 – Roteiro de Entrevistas Semi Estruturadas	115
ANEXO 5 – Quadro de Serviços e Atendimentos prestados pelo Núcleo Sócio Educativo Riviera	117
ANEXO 6 – SITRAEMFA – Convenção Coletiva de Trabalho	119

SIGLAS UTILIZADAS

ABONG –	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
COBES –	Coordenadoria do Bem Estar Social
CAPS/ AD –	Centro de Atendimento Psicossocial a Álcool e Drogas
CEDECA –	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEI –	Centro de Ensino Infantil
CF –	Constituição Federal
CJ –	Centro de Juventude
CLT –	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDCA –	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CNAS –	Conselho Nacional de Assistência Social
CNTSS –	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social
CONANDA –	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRECA –	Centro de Referência da Criança e do Adolescente
CRESS –	Conselho Regional
CUIDA –	Centro Utilitário de Intervenção e Apoio aos Filhos de Dependentes Químicos
CUT –	Central Única dos Trabalhadores
ECA –	Estatuto da Criança e do Adolescente
EGJ –	Espaço Gente Jovem
FABES –	Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social
FASFIL –	Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos
FCD –	Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes
FEBEM -	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM –	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GIFE –	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa

IPEA –	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS –	Lei Orgânica de Assistência Social
MOVA –	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
NGO's –	Non- Governmental Organizations
NOB/RH –	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
NSE –	Núcleo Sócio Educativo
ONG –	Organização Não Governamental
ONU –	Organização das Nações Unidas
OSCIP –	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSEM –	Orientação Sócio Educativa do Menor
PLAS/SP –	Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo
PNAS –	Plano Nacional de Assistência Social
RAC –	Redescobrimo o Adolescente na Comunidade
SAS –	Secretaria de Assistência Social
SEADE –	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBES –	Secretaria de Bem Estar Social
SITRAEMFA –	Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo
SMADS –	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SUAS –	Sistema Único de Assistência Social
SURBES –	Superintendência do Bem Estar Social

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro I – Cronologia da gestão e denominações dos serviços sócio educativos do município de São Paulo de 1971 a 2008.....46

Figura I – Mapa de Identificação dos três Núcleos Sócio Educativos e sua área de abrangência 57

Quadro II – Número de atendimentos Mensais e Serviços Administrados pela Organização Santos Mártires62

Figura I – Mapa do Município de São Paulo, organizado por distritos, enfocando a inclusão/ exclusão social66

Quadro III – Identificação dos Sujeitos da pesquisa73

INTRODUÇÃO

Esse trabalho se debruça na reflexão sobre as condições de trabalho do educador social.

O interesse em pesquisar as condições de trabalho do educador social surgiu devido a experiências, das quais uma das pesquisadoras¹ teve a oportunidade de participar. Eram dois espaços sócio-educativos diferentes e em dois programas distintos. Em um deles², a pesquisadora participou como educanda e no outro³ como educadora.

Como educanda, foi possível observar que as atividades desenvolvidas agradavam ou não, devido a algumas delas terem o caráter disciplinador e não emancipatório⁴. Este espaço era fortemente influenciado por uma religião que era imposta aos educandos. A pesquisadora lembra-se de participar de uma série de atividades através das quais foram desenvolvidos aspectos relevantes para a construção do seu projeto de vida anos mais tarde: sociabilização, interação com outras formas de conhecimento que não formais, recreação e outros. Nessa fase também pode observar, mesmo sem ter a compreensão devida dos acontecimentos, que os funcionários do serviço que a atendia apresentavam verbal e fisicamente, cansaço e insatisfação no trato do trabalho. Alternavam, porém esse aparente estado, com um certo sentimento de satisfação que diziam

¹ Magna Soares Ribeiro

² Programa Guarda-Mirim Metropolitana: Os serviços deste programa eram prestados dentro dos Centros de Convivência, prédios da Secretaria ou entidades sociais ligadas à FABES (Secretaria da Família e Bem Estar Social – atual SAS). O referido programa tinha como objetivo a formação de atitudes e potencialidades através de atividades que desenvolviam com os educandos noções de primeiros socorros, defesa pessoal, marcha (ordem unida), acompanhamento escolar e atividades recreativas. Localizava-se dentro dos Centros de Convivência, prédios da Secretaria ou entidades sociais ligadas à FABES e tinha como parceira a Guarda Civil Metropolitana.

³ Núcleo Sócio Educativo de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua.

⁴ Este programa foi implantado na década de 90 em vários governos e contava com 30 unidades atendendo a 2.120 crianças e adolescentes, recebia muitas críticas por usar a disciplina militar no desenvolvimento das atividades sócio educativas. Hoje este tipo de programa não existe mais.

sentir por estarem realizando um trabalho de ajuda a outras pessoas. Ao mesmo tempo, tinham referências desconstrutivas em relação aos educandos.

Na Faculdade de Serviço Social outra aluna⁵ que também havia sido educanda e teve experiência semelhante, também se interessou pela idéia do projeto. Como educanda e educadora voluntária, aos quatorze anos de idade participou de um espaço sócio educativo no Jardim São Luiz⁶. Nesse espaço as atividades eram voltadas a capacitação para o trabalho. Mais tarde, em outra organização⁷ realizou um trabalho voluntário como educadora através de atividades de dança.

No estágio atua em um espaço sócio educativo⁸ no Jardim Ângela, e consegue compreender a importância da existência de trabalhadores sociais nos dias atuais para atenderem uma demanda de crianças e adolescentes que sofrem a exclusão social.

Ao discutir sobre tais experiências, surgiu o interesse em pesquisar o que causava o desgaste e a falta de motivação desse trabalhador, qual era a sua formação e condições de trabalho e em que esses aspectos influenciavam na qualidade dos serviços prestados à população que atendiam. Estariam preparados para atender tal demanda vulnerabilizada econômica e socialmente?

Já no processo de desenvolvimento da pesquisa, uniu-se a dupla outra estudante⁹ que percorreu também alguns caminhos da educação não-formal. Ao presenciar as reflexões das duas primeiras pesquisadoras interessou-se pelo tema devido estar ligado à questão de parceria entre Associações sem fins lucrativos e

⁵ Rute Ferreira Batista

⁶ Administrado pela Fundação Julita

⁷ Fundação Lions

⁸ Clube da Turma

⁹ Flávia Alves da Silva

Estado, buscando apreender esse tipo de relação associativa, pois como educadora só vivenciou a experiência em espaços não conveniados.

A partir das discussões, formou-se o trio de pesquisa. A pesquisa, realizada no Núcleo Sócio-educativo Riviera, administrado pela Sociedade Santos Mártires, na Zona Sul do Município de São Paulo, é discutida neste trabalho de conclusão de curso.

Interessou-nos compreender com que condições de trabalho os educadores sociais contam para desenvolver suas funções e conseqüentemente atender as crianças e adolescentes através do trabalho sócio educativo.

No primeiro capítulo, fazemos uma discussão sobre os processos de trabalho e função do educador social. Apresentamos também a educação balizadora da sua prática e os pilares que a mantêm, abordando em seguida o educador social, os tipos de locais onde cabe a sua atuação. Discutimos também as práticas de assistência social e as ONG's que participam ao lado do Estado nesse processo.

No segundo capítulo, contextualizamos a relação entre as organizações sem fins lucrativos e a relação entre essas e o Estado, enfocando os convênios de parceria e Sistema Único da Assistência Social. Apresentamos o Núcleo Sócio Educativo Riviera, a Organização Sociedade Santos Mártires, e a região M'Boi Mirim.

Esperamos que este trabalho contribua com a reflexão sobre o Educador Social, já que, como trabalhador, com vínculo empregatício, também é atingido pelas mudanças no mundo do trabalho. Pretendemos que a aproximação da discussão sobre as especificidades do trabalho do educador social possibilite contribuir com reflexões sobre a importância do trabalhador e do educando.

**I CAPÍTULO - CONDIÇÕES DE TRABALHO DE UM
TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: O EDUCADOR
SOCIAL**

As condições de trabalho do educador social que se constituíram em interesse de pesquisa neste trabalho. Trata-se de um trabalhador da área social, que contratado por organizações, atua em educação não formal com populações vulnerabilizadas.

Assim, este capítulo se propôs a buscar referências nas categorias teóricas que estão apontadas no parágrafo acima, e que serão discutidas a seguir.

1.1 – TRABALHO, PROCESSO DE TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Segundo GRONEMANN (1999) qualquer processo de trabalho tem como base, o objeto de intervenção, a finalidade para qual se orienta a ação sobre este objeto e os instrumentos que viabilizarão essa atividade.

Portanto, quando nos propomos a refletir sobre as condições de trabalho do educador social, estamos pensando nos meios e instrumentos necessários ao exercício do seu trabalho.

Para isso, é preciso saber qual é o objeto de intervenção desse educador. Ao conhecer a matéria sobre a qual se realiza sua atuação é que se torna possível compreender se as condições que se apresentam fornecem subsídios para a obtenção dos resultados desejados. Estamos abordando assim, processos de trabalho.

O objeto de trabalho do educador social é a educação não formal¹⁰, que consiste na promoção de ações sócio educativas com grupos. Essas ações

¹⁰ A educação não formal será discutida no item 1.2 desse capítulo.

buscam desenvolver capacidades e aptidões para comunicação, convivência, compreensão de aspectos políticos e de cidadania. Busca a autonomia dos sujeitos e fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

Esse objeto apresenta características que mudam de acordo com os diferentes locais onde atuam. Atende sujeitos pertencentes a diversos segmentos, agregando especificidades à educação não formal.

Se são diversas as áreas onde os sujeitos da intervenção dos educadores estão inseridos, e o objeto dessa atuação possui especificidades, a realização do trabalho também vai incidir na necessidade de conhecimentos e instrumentais específicos para o alcance dos objetivos de transformação.

Para compreender a relação entre esses elementos faz-se necessário contextualizar as categorias trabalho e reprodução social.

Para LESSA (1999) o trabalho é a atividade que diferencia o homem da natureza. Consiste em uma necessidade real, na construção de um projeto, de maneira a prever sua realização. É uma ação da realidade, que ao mesmo tempo se auto transforma.

O trabalho, então, é a transformação da natureza pelo homem, a partir de um sentido desejado por ele. O homem faz parte da natureza, porém se diferencia dela por ser o único ser capaz de realizar uma prática previamente planejada, juntamente com a idealização do resultado da produção.

Segundo LESSA (1999), as relações sociais só ocorrem a partir desse movimento de transformar e se transformar. A transformação da realidade, gerada por esse processo, cria situações antes não existentes, que surgem com novos conhecimentos obtidos no processo de planejamento e execução.

Com o objetivo de suprir uma necessidade ele produz, além da matéria, conhecimentos e habilidades que irão dar vazão a elaboração de novos conhecimentos e adquirir novas capacidades de ideação¹¹ e objetivação¹².

Assim o trabalho realizado produz ao mesmo tempo, saberes, práticas e produtos mais requintados no futuro. Os atos promovidos hoje terão conseqüência para além dos objetivos alcançados ao final de sua realização, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades do homem e das relações deste com o mundo. Surgem assim embasamentos para ações mais intelectualizadas.

Foi assim que a atividade de busca pelo alimento se desenvolveu até a descoberta da agricultura e posteriormente da pecuária, o que levou o homem a produzir uma quantidade de produtos maior do que realmente precisa para se manter vivo. (LESSA, 1999)

Segundo o autor, o trabalho se dá na relação do homem com a natureza. Quando a partir de suas necessidades, promove esforços em outras áreas, como na prestação de serviços a outros homens, para o autor, isto não se constitui em trabalho, pois é destinado a “promover uma dada organização das relações sociais, uma dada organização dos homens”. (LESSA, 2007, pág. 25).

Nesse sentido, as atividades que estão em um campo mais subjetivo não seriam trabalho, mas fariam parte de complexos sociais¹³. Pois, as atividades subjetivas seriam aquelas voltadas para a implementação na produção material.

¹¹ Ideação: construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação. (LESSA, 1999)

¹² Objetivação: transformação do que foi previamente idealizado em um objeto pertencente à realidade externa ao sujeito. Transformação da realidade no sentido da prévia ideação. (LESSA, 1999)

¹³ Complexos sociais seria o conjunto de relações sociais que se distinguem das outras relações pela função que exercem no processo reprodutivo. (LESSA, 1999, glossário)

No entanto SAVIANI (2005) apresenta uma outra idéia. Para o autor a educação, uma atividade não material, é uma exigência e ao mesmo tempo um processo de trabalho, pois, considera a educação como “fenômeno próprio dos seres humanos”. (SAVIANI, 2005, p. 13)

Assim, considera a atividade não material como trabalho. A educação se situa na categoria do trabalho não material, pois trata da “produção de idéias, conceitos, valores, hábitos, atitudes, habilidades” (SAVIANI, 2005, p. 13).

O trabalho assalariado, no entanto, próprio das relações capitalistas, na atualidade sofre mudanças. As transformações no mundo do trabalho ocorridas, devido à crise do capital, a partir dos anos 90, contribuíram para o agravamento da questão social. Esta, por sua vez justifica a existência do educador social que, como já evidenciamos, tem sua atuação voltada para a população fragilizada econômica e socialmente.

Desde o início dos anos 70, o capitalismo começou a apresentar indícios de crise, com o esgotamento da produção fordista/ taylorista e do Estado de Bem Estar Social.

Segundo COSTA (2002), o Estado de Bem Estar Social tinha por base a teoria keynesiana, e consistia na crença de que as desigualdades, as crises econômicas e o desemprego eram frutos do pouco consumo e pouco investimento na produção. Também afirmava que o problema não era a falta de recursos para realizar o investimento, que estavam em poder dos donos dos meios de produção.

Acreditava que para solucionar a questão, havia a necessidade de o Estado intervir na regulação do mercado. Também apresentava como parte da solução a absorção da mão de obra sobrando, através da ampliação de serviços públicos, o que previa a garantia de políticas universais de bem estar, como saúde, educação,

previdência e seguro desemprego, entre outros. Empregados, os trabalhadores teriam condições de consumir as ofertas apresentadas, e, assistidos pelo Estado teriam sua reprodução social garantida.

Nesse cenário de ampliação da classe trabalhadora, suas reivindicações ganharam forças, o que incidiu no aumento do pagamento à sua força de trabalho e no decréscimo da taxa de lucro. Com a redução de rentabilidade da exploração ao proletariado, os donos dos meios de produção decidiram reduzir a produtividade por meio de demissões, a fim de estagnar o problema.

Se os trabalhadores não tinham emprego e, portanto, dinheiro para consumir, não havia procura à oferta de produtos, o que intensificou a queda da lucratividade dos donos do capital.

O taylorismo/ fordismo¹⁴ com suas características, também não apresentava respostas à diminuição do consumo cada vez mais presente no contexto de crise pelo qual o sistema capitalista passava.

Em meados da década de setenta, surgem os primeiros sintomas de crise de produção em massa, provocada pela rigidez do processo produtivo, pela saturação do mercado de bens de consumo, elevação dos custos da mão de obra, pela brusca elevação dos preços do petróleo, entre outras razões. (COSTA, 2002, p. 25)

Segundo ANTUNES (1999), para fazer frente à estagnação e ou diminuição da taxa de lucro, o capital busca criar um novo modo de organizar a produção e

¹⁴ Modo de produção que se caracterizava pela produção em massa, redução de custos de produção através dos processos e métodos que objetivavam o não desperdício e a otimização do tempo na produção. Neste modelo os trabalhadores realizavam tarefas fragmentadas. Ao invés de construir os produtos por inteiro, realizavam ações repetitivas o dia inteiro na produção de uma parte do produto final. Essa fragmentação desqualificou a mão de obra, já que não era preciso entender todo o processo da linha de produção para exercer ação sobre parte do objeto que seria produzido. No Fordismo Taylorismo havia a separação do processo de trabalho nos âmbitos de gerência, e de execução. Os trabalhadores não participavam da elaboração do planejamento, só executavam o que era decidido por quem gerenciava. (COSTA, 2002)

novas formas de relação de trabalho, através do que veio a se chamar reestruturação produtiva.

Essa reestruturação resulta em formas de produção e administração da força de trabalho que refletem nas condições de trabalho e em suas relações.

Como estratégia do capital, a flexibilização da produção passa a criar requisitos como envolvimento dos trabalhadores no processo, defeitos zero, redução de estoques, controle total de qualidade e melhor utilização de recursos. É reduzido o número de trabalhadores contratados diretamente, visando a redução de custos, pois agora as empresas se ocupam somente com a produção final.

Com o modelo toyotista, os processos de produção se dão por maquinários de última geração. E grandes empresas passam a enxugar seus quadros de funcionários, fazendo uso da mão de obra automatizada.

Passa-se a trabalhar no desenvolvimento do trabalho em equipe, onde o profissional entende de todos os processos, e não mais somente parte dele. Ou seja, executa não apenas uma tarefa, mas várias.

O avanço tecnológico está cada vez mais presente, contribuindo com a produtividade e vindo a causar o aumento do desemprego.

Segundo COSTA (2002):

“Essas transformações na esfera da produção contribuem para a deteriorização das condições de produção e reprodução dos trabalhadores e para o aumento da desigualdade social, uma vez que acirrar a concorrência capitalista ampliam as formas de exploração da força de trabalho, impossibilitando cada vez mais as pessoas de se realizarem através do trabalho.” (COSTA, 2002, p.39)

Essas formas de exploração ocorrem através dos novos mecanismos de contratação da mão de obra.

Para redução de custos, passa-se a realizar contratações somente quando necessário para a empresa, não deixando criar-se assim vínculos empregatícios. São as famosas terceirizações, empregos temporários dentre outros.

Como forma de manter-se ativo, o trabalhador se submete à essas explorações, muitas vezes como maneira de garantir sua existência, o que o faz integrante dessas novas configurações, com o prejuízo na perda de seus direitos.

Segundo KAUFMANN, o mundo do trabalho encontra-se envolvido em um duplo processo. Refere o autor:

[...] O processo de tecnologização e globalização gera turbulências no mundo do trabalho. [...] O crescimento da automação, graças às tecnologias da informática, o downsizing das empresas, as megafusões a custos bilionários, a redução do Estado a Estado mínimo (conforme as prescrições dos defensores do neoliberalismo), acarretando, como consequência, o enxugamento no setor dos serviços públicos, conduziram a um desemprego em massa e a reconfigurações importantes da estrutura do emprego. (2002, p. 38)

KAUFMANN (2002) pontua que, enquanto algumas organizações criam empregos, outras dispensam trabalhadores. Estes, por sua vez, não são os mesmos contratados por aquelas que criam novos postos de trabalho. Tal fato deixa os trabalhadores inseguros em relação à sua estabilidade no emprego.

ANTUNES (1999) aborda esta situação de instabilidade dos postos de trabalho, colocando o trabalhador como sujeito passivo quanto às relações de trabalho vivenciadas para manter-se empregado. Para o autor:

“... a condição de recessão e desemprego, bem como o da necessidade imperiosa de preservar o emprego, acaba por criar as condições desfavoráveis á uma atuação mais visivelmente crítica

dos trabalhadores, impulsionando-os no sentido da necessidade de seu envolvimento com a forma de preservação do próprio trabalho.” (Antunes, 1999, p. 82)

As degradações sofridas nos últimos tempos no mundo do trabalho, muitas vezes geram situações de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes, especialmente daquelas com as quais o educador social trabalha.

A vulnerabilidade em que as crianças e adolescentes se encontram e as transformações graduais do trabalho são origens, causa e justificativa da atuação do educador social, em instituições voltadas a esse público.

Um desses serviços prestados às crianças e aos adolescentes, filhos dos trabalhadores advindos das camadas pobres da população ocorre nos Núcleos Sócio-Educativos, que são implementados a partir da parceria entre uma organização sem fins lucrativos e o Estado.

No entanto nem sempre foi assim. Para melhor compreensão desta temática, é necessário considerar a gênese das práticas assistenciais, e a atuação do Estado junto aos serviços sócio assistenciais, que veremos mais adiante.

O próximo título apresentará o tipo ou a unidade da educação balizadora das práticas sócio-educativas e seus pilares.

1.2 – EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A “Educação está intrínseca à natureza humana. O homem, para existir, precisa adaptar a natureza às suas necessidades e para isso realiza o trabalho”. (SAVIANI, 2005, p. 11).

GOHN (2005) aponta que o conceito de educação mais amplo pode ser referido ao conceito de cultura. Entende-se assim que a educação enquanto forma de aprendizagem é adquirida ao longo da existência do ser humano, do seu cotidiano vivido, e não apenas em uma instituição, com período e atividades sistematizados e com tempo determinado.

Se a educação acontece em vários espaços e tempos como aponta FREIRE (2007) e ao longo da existência do ser como afirma GOHN (2005), ela está presente em todos os momentos e lugares da vida humana. Assim, discutir a educação implica em especificar os tipos de educação existentes, suas características e os espaços diferentes de cada uma delas.

A educação aqui referida implica em troca de saberes, e não só absorção de conhecimentos.

Para GOHN (2005) o conceito de educação se divide em dois tipos de processos: os sistematizados e os não sistematizados.

A educação não sistematizada é também chamada de educação informal. É transmitida no cotidiano de cada indivíduo, através do seu relacionamento com os homens e com o mundo. Seu processo é aleatório e permanente, sem intencionalidade, planejamento ou estruturação. Os espaços ou meios que produzem a educação informal em primeiro lugar são: a “família” e os “meios de comunicação em massa, verdadeiros agentes socializadores”. (GOHN, 2005)

A educação sistematizada, pode se dar em espaços diferentes de acordo com os objetivos da ação educativa. A saber, existem dois tipos: educação formal e educação não-formal. Esta, é sistematizada, mas com espaços, tempos e conteúdos mais flexíveis, e pode também, ser denominada como pedagogia social, educação social e educação sócio-comunitária.

Ambas “são intencionais, se distinguem por sua inclusão ou exclusão do sistema educativo regrado. As intervenções sócio-educacionais ocorrem em diferentes espaços formais e não formais da educação”. (MACHADO, 2008 – II Congresso Internacional da Pedagogia Social)

Segundo GOHN (2005), a educação formal se dirige à aquisição de conhecimentos específicos a serem apreendidos em tempo determinado por níveis de aprendizagem sistematizados a partir de um “currículo mínimo”.

Cabe ainda ressaltar que a educação formal estabelecida hoje tem sua gênese na revolução industrial. ARANHA (1996) aponta que o setor industrial começa a demandar mão de obra especializada, já que os ofícios passados de pai para filho não eram mais funcionais ao modo de produção que se apresentava.

Para a realização das atividades laborais nessa fase, era necessária uma educação formal, em prol da especialização requerida. Com tais mudanças, os ofícios não deixam de existir, mas vão desaparecendo gradativamente.

A educação formal e a não-formal se diferem apesar de ambas serem organizadas e sistematizadas, pois a última se dá de maneira mais flexível sem pré-definição de um currículo.

“Originariamente a educação social no Brasil está associada à educação popular, à militância política, aos movimentos sociais, às atividades desenvolvidas pela pastoral do menor – ligada à igreja católica – e à situação econômica e social do país, principalmente a grande desigualdade na distribuição de renda.” (RYYNÄNEN, 2008 – II Congresso Internacional da Pedagogia Social)

Segundo GOHN a educação não formal parte de um processo com quatro pilares de sustentação:

“A educação não-formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem as suas áreas de abrangência. O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos [...]. O segundo é a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, [...]. O quarto é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. [...]. Finalmente, deve-se registrar ainda o campo da educação para a vida ou para a arte de bem viver”. (2005, p. 98)

O primeiro pilar é o que privilegia a promoção de um processo de vivências grupais que levam os educandos à reflexão e à compreensão de sua condição de ser político, que possui direitos e deveres.

O segundo busca desenvolver aptidões e ou reforçar potencialidades dos educandos para capacitação para o trabalho.

O terceiro proporciona experiências de organização coletiva, que visam desenvolver a capacidade de buscar em grupo soluções para as dificuldades que se apresentam cotidianamente.

O quarto pilar é o que atenta para a apreensão de conteúdos da educação formal, não para assumir o papel dessa última, mas para atender as necessidades que se apresentem e possam dificultar o processo da educação não formal.

A partir dessas dimensões é possível perceber que a educação não-formal busca enxergar o indivíduo integralmente. Daí percebê-lo, como parte integrante de um grupo familiar e comunitário, e ser voltada aos interesses e necessidades dos educandos, de forma a contribuir com o seu crescimento pessoal, sua consciência de cidadania. Considera o educando “um ser que pensa, age, sente e traz consigo uma cultura que precisa ser respeitada”. (CARO e GUZZO, 2004, p.37)

O conceito de educação não-formal é balizador das ações desenvolvidas em espaços sócio-educativos, pelo educador social, discutido no próximo item.

As Organizações Não Governamentais são as maiores promotoras destes espaços que desenvolvem a educação não formal, e que fazem parte da rede de assistência social, o que veremos no item 1.5.

1.3 - EDUCADORES SOCIAIS

Ser educador social é estar aberto a novas idéias e aprendizados e compreender-se também educando da vida. Não é estar pronto para tudo, mas estar disposto e aberto a aprender a ouvir e a acolher, construindo vínculos e tomando conhecimento da realidade dos educandos.

O educador sabe que o trabalho que realiza implica não em transferir conhecimento, mas compreender que aprende ao mesmo tempo em que ensina, pois o outro é um ser que também possui conhecimentos. E segundo FREIRE (1996) ensinar exige risco, reflexão, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação. Por tanto o educador social é esse sujeito inquieto e em movimento.

Não um super herói, apesar da luta diária contra o desamor, o endurecimento do ser e do próprio eu quando o cotidiano se revela desanimador e destrutivo em relação aos sonhos. Mas comprometido com aqueles que são sujeitos de sua atuação e com o mundo.

Ser educador não é ser o faz tudo, mas fazer com amor aquilo que lhe é atribuído, sem esquecer-se de exigir respeito aos educadores e à educação e defender seus direitos quando tanto lhe é exigido e tão pouco oferecido.

FREIRE (1996, p. 66) aponta para a importância desse compromisso com a luta em favor de seus direitos e de sua dignidade, como um momento relevante de sua prática enquanto educador e no seu exercício ético. Ele ainda explicita que o educador deve enxergar-se, olhar para si.

Ao longo desta pesquisa, as perguntas mais freqüentes que nós fazíamos era: quem é o educador social? O que é ser educador social?

No Brasil, ao contrário de outros países¹⁵, não existe uma formação específica para educador social. O trabalho por ele desenvolvido caracteriza-se como uma função e não como profissão. É chamado de monitor, orientador sócio educativo, agente de proteção social, facilitador. Há diversas denominações para definir esse trabalhador.

CARO e GUZZO (2004, p. 89) sinalizam que dentre os educadores sociais, observam-se diferentes níveis de escolarização. Alguns têm nível superior. Outros têm ensino médio ou mesmo sem experiência em educação e ensino.

SILVA (2008)¹⁶ coloca que a ausência de uma formação específica para educador social no Brasil, considerando a universidade como caminho a ser percorrido por esse educador, compromete a construção de uma possível “identidade profissional”.

¹⁵ A Alemanha é reconhecida como a pátria-mãe da Pedagogia Social, que assume diferentes configurações em outros países europeus, como Áustria, Suíça, Suécia, França, Portugal e Espanha. Na América do Sul, a maior referência para a Pedagogia Social é o Uruguai, mas ela é adotada e regulamentada como profissão na Espanha, Portugal México, Argentina, Chile e Venezuela.

¹⁶ Gerson Heidrich Silva. Mestre em Psicologia e Educação pela Universidade de São Paulo.

As atividades desenvolvidas por esses trabalhadores são voltadas ao atendimento da população em situação de vulnerabilidade social¹⁷ e podem ser dirigidas a diversos segmentos, dependendo do caráter e objetivo da organização na qual se insere.

CARO e GUZZO (2004) sinalizam:

A ausência de definição na sua atuação ocasiona uma falta de identidade profissional e dificuldades para visualizar suas ações dentro de um processo de trabalho que responda as necessidades postas pela demanda. (2004, p. 60)

Segundo ROMANS, PETRUS e TRILLA (2003), as funções do educador social variam de acordo com o local de sua atuação. Eles classificam como lugares de atuação os “meios internos” e os “meios externos”. Nestes, as práticas educativas são realizadas para o atendimento a indivíduos, famílias, ou a comunidade, objetivando problemas ou dificuldades vivenciadas por sujeitos da intervenção. Já os primeiros, realizam práticas educativas realizadas no interior de uma organização ou associação de cunho religioso, social ou filantrópico.

ROMANS, PETRUS e TRILLA (2003) apontam que as funções não ficam sempre nítidas aos olhos dos educadores, sendo por vezes de difícil entendimento. Isto ocorre devido à variedade de tarefas, que o educador social desenvolve.

Os autores apontam ainda, que é habitual que a situação de confusão e imprecisão, quanto às atribuições do educador, reflita em “seu nível de satisfação e possivelmente no serviço que se presta no próprio estabelecimento”. A insatisfação, ou o declínio dela, pode se dar devido o educador social identificar que não está realizando atividades para as quais teve capacitação, e/ou que não

¹⁷ “Vulnerabilidade social de pessoas, famílias ou comunidades, que é entendido como uma combinação de fatores que possam produzir uma deteriorização de seu nível de bem-estar, em consequência de sua exposição a determinados tipos de risco.” Fonte: Prefeitura da Cidade de São Paulo.

legitimam o motivo ou a necessidade de sua admissão (ROMANS, PETRUS e TRILLA, 2003, p. 119).

Como aponta FREIRE (1996, p. 22), a ação de ensinar a qual o educador social se propõe “não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Ele é um trabalhador que exerce a práxis de forma incontestada. Pois não fica no campo da execução de tarefas, ao contrário. Para alcançar o objetivo de promover um processo de fortalecimento dos usuários ele tem que idealizar e objetivar o que deseja executar.

Segundo SERRÃO e BALEIRO (1999) o educador em seu trabalho lida com um material sutil e delicado, que é o ser humano, está envolvido em um movimento permanente de fazer e refazer sem deixar de acreditar em sonhos para construção da realidade junto aos adolescentes.

Um aspecto importante que colabora para dar resposta sobre quem é educador social e o que é o seu ofício, é entender o que leva a quem busquem por esse tipo de trabalho. Trata-se de homens e mulheres, que têm motivação para a realização de trabalhos sociais, devido às restrições do mercado de trabalho.

A dificuldade em conseguir trabalho em outros campos de atuação, se apresenta como causa que leva alguns a optarem por este tipo de trabalho, por ser o que está disponível a eles. Talvez, devido à visão de algumas instituições quanto à contratação dos educadores, apontada por ROMANS, PETRUS e TRILLA (2003), de que não é necessário contratar profissionais qualificados ou experientes para exercerem tarefas variadas, ligadas a ações educativas destinadas à população pobre.

Nesse sentido, a desvalorização do trabalho do educador social, está relacionada à desvalorização da população com a qual atua, CARO e GUZZO (2004) apontam que, na realidade brasileira, o educador:

“espera ver maiores mudanças em seus educandos, possibilidades de capacitações e aperfeiçoamento, maior apoio pedagógico e psicológico, maior tranquilidade financeira e um ambiente que possibilite maior desenvolvimento de suas idéias”.
(CARO e GUZZO, 2004, p. 95)

Segundo ROMANS, PETRUS E TRILLA (2003) não há uma definição específica de atribuições e atividades a serem realizadas pelo educador. Mas, considerando como local de atuação o Núcleo Sócio Educativo, campo de interesse desta pesquisa, é possível dizer que existem balizadores destas ações que tomam como referência uma política de atenção e um dos tipos de educação. No entanto, não há especificidade de atividades realizadas a partir de seu trabalho.

Algo que também pode delimitar as funções do educador social é o seu nível de escolaridade, a área de formação acadêmica, ou as habilidades específicas que possui. Assim, um educador que tem formação na área das artes pode ser contratado para desenvolver atividades voltadas para o universo das artes e receber ou não o nome de arte-educador. Aquele que é formado em ciências sociais pode ter seu trabalho voltado à elaboração e objetivação de atividades culturais, e/ou atividades que coloquem em pauta a cidadania e autonomia dos educandos, e assim por diante.

As funções para admissão no âmbito sócio-educativo se dão de acordo com a formação acadêmica dos sujeitos, como exposto acima, “[...] e outras vezes elas se definem como estágio, funções de monitor, instrutor e até administrativa.” CARO e GUZZO (2004, p. 90). Dependendo da organização que o contrata sua atuação pode ser dirigida a diversos públicos.

O educador social do qual nos aproximamos, trabalha em organizações que compõem a rede de assistência social no município de São Paulo. O item a seguir discute introdutoriamente a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social –, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social – e os programas em que o trabalhador social está inserido.

1.4 - PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A REGULAMENTAÇÃO DO ESTADO

Com a degradação das relações de trabalho, atividade pela qual o homem produz sua condição de vida, a questão social com suas várias manifestações é agravada. Para responder às manifestações por condições de vida e trabalho, o Estado desde o final do século XIX e do início do século XX, vem respondendo a direitos sociais.

As políticas sociais são a forma de implementar direitos. No entanto, a assistência social, especialmente no Brasil, tem sido realizada em ações do Estado, mas historicamente tem contado com a ação de instituições ligadas às igrejas, à filantropia e a caridade. Mais recentemente participam as ONG's.

Segundo IAMAMOTO (2006) as práticas de assistência social se iniciaram como ações caritativas e encontraram como berço, não o âmbito estatal, mas a “iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente por intermédio da Igreja Católica”. (2006, p.127)

Quem prestava a “atividade” a fazia sem receber nenhum pagamento ou benefício em troca. Acreditamos que ao longo da evolução das práticas sócio assistenciais, o caráter beneficente e de caridade, para a qual encontramos

definição no Dicionário Aurélio¹⁸, manteve-se como parte integrante da formação da identidade das ações assistenciais no imaginário coletivo, trazendo a idéia de que os profissionais que atuam nessa área atuam imbuídos por um “sentimento altruísta”, colocando os interesses de outros acima dos seus próprios.

A intrínseca ligação da assistência social com a filantropia dá aos serviços sócio-assistenciais o caráter de solidariedade, caridade e ajuda.

O apoio do Estado às “entidades” filantrópicas vem desde 1935 com a Lei Federal nº 091/35. A colocação da assistência social no patamar de direito social só acontece a partir de 1988, com a Constituição Federal.

Com a promulgação da Constituição Federal 1988, a assistência social foi colocada no patamar de política pública de “direito”, dentro do tripé da Seguridade Social, Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Sua definição como direito foi explícita nos artigos 203 e 204 da CF/88. Mas só em 1993 foi regulamentada como Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

No entanto, o documento que deu materialidade à LOAS, só foi concretizado em 2003 na IV Conferência de Assistência Social, que deliberou sobre a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Plano Nacional da Assistência Social - PNAS, na perspectiva do SUAS, foi aprovado em 22/09/04 pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

O SUAS é o sistema pelo qual está sendo implementada a LOAS. Ele operacionaliza os princípios e diretrizes da assistência social, com a organização e

¹⁸ Caridade: o amor que move a vontade à busca efetiva do bem de outrem. A prática da caridade; beneficência, filantropia. Benevolência, complacência. (FERREIRA, 2002, p. 133)

gestão de ações. Seus princípios são a descentralização e a gestão partilhada entre os governos Federal, Estaduais e Municipais, para realizar a política da Assistência Social, garantindo e se responsabilizando por sua implementação.

Isso significa que a partir da LOAS e do SUAS, o Estado em todos os âmbitos, federal, estadual e municipal, inicia o processo de readequação da Assistência Social, levando em consideração: “as situações de pobreza, privações e exclusão a que são submetidas parcelas da população brasileira” (BRASÍLIA, 2007, p.09). Tendo um olhar atento para perceber as diferenças, especificidades e as possibilidades e forças dos distintos grupos da população, define a territorialização. A implementação do SUAS tem como referência a família e o território.

São estabelecidos padrões de serviços, que devem ser difundidos e assimilados, progressivamente, nas ações de assistência social, sob diversos aspectos: os eixos de atuação, a nomenclatura dos equipamentos, a qualidade dos atendimentos, os indicadores e avaliação de resultados. (BRASÍLIA, 2007)

Apesar do avanço na regulamentação da Assistência Social como direito, o Estado não pode esquecer a história de participação de instituições da Assistência Social no Brasil. A Constituição Federal de 1988 em seu texto, no art. 195, parágrafo 7º, as inclui e “favorece as entidades beneficentes com isenções de contribuições para a seguridade social” (MESTRINER, 2005, p. 51).

Nesse sentido, os serviços de assistência ficam a mercê de uma dubialidade. A de serem garantidos como direito universal e ao mesmo tempo, incluindo a participação de organizações sociais, que focalizam a atenção. Para MESTRINER (2005) existem riscos nessa ação: “A Assistência Social enreda-se mais na sua forma histórica de subsidiariedade, favor e voluntarismo” (MESTRINER, 2005, p. 23).

Com a implementação do LOAS e do SUAS a Assistência Social é prestada a partir de dois níveis de atenção: a proteção social básica e a proteção social especial.

É no âmbito da proteção social básica¹⁹, o campo de interesse desta pesquisa, o serviço sócio assistencial denominado Núcleo Sócio Educativo é garantido.

Segundo FORONI (2006), em 1950 o capitalismo associado favoreceu a implantação de políticas assistenciais, entre elas a de atendimento à infância e consolidação das creches.

A década de 70 foi marcada pelo crescente índice de famílias monoparentais²⁰ e o surgimento de movimentos sociais de mulheres em busca do direito ao trabalho com garantia de atendimento em creche para guarda, alimentação e higiene de seus filhos.

Se as creches surgiram através da pressão dos movimentos de mulheres, os programas sócio-educativos, surgidos na mesma época propunham ações “higienizadoras” devido também a pressões, só que desta vez não por parte da classe trabalhadora.

¹⁹ Proteção Social Básica: tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos.

²⁰ Família Monoparental: é aquela que um dos pais assumem sozinhos o cuidado dos filhos.

1.5 - INSTITUIÇÕES E ONGS'

A sigla ONG refere-se a Organizações Não Governamentais, ou seja, que não estão vinculadas ao Estado. Diferencia-se de outras organizações por seus objetivos e natureza. Sendo definidas como não governamental, as ONG's abarcam todas as organizações de cunho não estatal. Essa definição, que elucidava o caráter sócio-político das organizações, deixa margens a uma imprecisão ao que se refere hoje, como terceiro setor²¹.

As ONG's surgiram por iniciativa de pessoas que buscavam a promoção de objetivos comuns, sem visar obter lucro através do resultado que desejavam alcançar. No campo mundial a expressão ONG, no caso NGOs – Non-Governmental Organizations –, foi utilizado pela primeira vez na ONU, Organização das Nações Unidas, depois da Segunda Guerra Mundial, para dar nome às organizações que não foram estabelecidas no âmbito governamental.

PAZ (2000) refere-se que o termo ONG designa uma dificuldade em seu significado. Ao invés de definir com clareza o que é, define pelo que não é.

No Brasil, a sigla ONG passou a ser utilizada com relação a um montante de organizações que despontaram a partir da década de 1970 e com maior evidência nos anos 80, quando a ditadura saiu de cena. Essas ONG's apoiavam movimentos sociais populares, que tinham como proposta promover a defesa de direitos civis e políticos e o combate a favor da democracia política e social.

As primeiras ONG's nasceram em sintonia com as demandas e dinâmicas dos movimentos sociais, com ênfase nos trabalhos de educação popular e de atuação na elaboração e controle social das políticas públicas. (ABONG).²²

²¹ Para aprofundamento ver MONTAÑO (2005). Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social.

²² Informações obtidas no site: www.abong.org.br. Acesso em 25 de abril de 2008

No decorrer dos anos 90, houve um crescimento expressivo desse universo. Mas, sua formação e estruturação ocorrem mesmo a partir das décadas de 1960 e 1970, quando passam a formar grupos de protesto à ditadura militar e repressão. Com o surgimento de novas organizações privadas sem fins lucrativos, com traços e objetivos diversos, essa denominação passou a ser usada, por organizações com os mais diferentes propósitos. (PAZ, 2000)

Desde a década de 1950, filiais da agência de promoção do desenvolvimento vêm para a América Latina, com a finalidade de contribuir no desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. (GOHN, 2005)

Em alguns países essas organizações eram vistas como conservadoras e buscavam responder os interesses dos países desenvolvidos. Já no Brasil, surgiram pela necessidade de luta por direitos, em plena ditadura militar.

Surgiram para a reivindicação de direitos e de pressão popular, devido ao cenário político e econômico da época, da ditadura, dos movimentos de reivindicação por serviços e políticas públicas que atendessem as necessidades básicas da população. Junto aos movimentos sociais, contribuía para o fim do regime militar, e no processo de instalação do Estado democrático.

Nos anos 90 as ONG's foram atingidas pela falta de recursos financeiros, pois as agências financiadoras voltaram sua atenção para os países do Leste Europeu, por conta do processo de redemocratização daqueles países.

Nessa conjuntura, a busca por novos financiamentos, as ONG's deixaram em segundo plano o seu papel de militância para se ater as atividades produtivas. Passaram a buscar critérios de eficiência e produtividade na administração, execução dos serviços e elaboração de projetos para sua manutenção. (GOHN, 2005)

Junto com a crise das ONG's, nos anos 90, houve também a expansão desse universo devido o ingresso de entidades com perfis menos politizados e com características de empresa. Ao invés de enfrentar o Estado, como as ONG's militantes, elas buscam serem parceiras deste.

Com o surgimento de novas organizações privadas sem fins lucrativos, com traços e objetivos diversos, a denominação ONG passa a ser usada por organizações com os mais diferentes propósitos.

Passaram a ser reconhecidas como terceiro setor e segundo MONTAÑO (1999) o terceiro setor emergiu com a promessa da renovação do espaço público e o resgate da solidariedade e da cidadania, realizada através de atos como o voluntariado e a filantropia.

Um estudo realizado sobre o universo associativo brasileiro, através da parceria entre IPEA e IBGE (órgãos de pesquisa do governo) e ABONG e GIFE²³, traz a informação de que até o ano de 2002 existiam 276 mil Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos – FASFIL - no Brasil, as quais empregavam 1,5 milhão de pessoas. Os dados²⁴ obtidos na pesquisa revelam um grande número de organizações sem fins lucrativos de diferentes naturezas: igrejas, hospitais, escolas, universidades, associações patronais e profissionais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, de assistência social, de desenvolvimento e defesa de direitos, etc.

As FASFIL são classificadas de acordo com os seguintes segmentos: Habitação, Saúde, Cultura e recreação, Educação e Pesquisa²⁵, Assistência

²³ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.

²⁴ Para acesso aos dados consultar a página da pesquisa, no endereço <http://www.abong.org.br/>

²⁵ Ensino fundamental, Ensino médio, Educação superior, Caixas escolares e similares, Estudos e pesquisas, Educação profissional, Outras formas de educação/ensino.

social, Religião, Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais, Meio ambiente e proteção animal, Desenvolvimento e defesa de, Condomínios, Cartórios, Sistema S²⁶, Entidade de mediação e arbitragem, Comissão de conciliação prévia, Conselhos, fundos e consórcios municipais, Cemitérios e funerárias, outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente tais como comissões de formatura e outros.

As ONG's, as quais nos referimos, promotoras da educação não-formal, são as de prestação de assistência social que representam 12% das FASFIL. Entre elas, estão incluídas as entidades voltadas para o atendimento de grupos específicos da população tais como crianças, adolescentes infratores, idosos, e pessoas com deficiência. No Sul e Sudeste do Brasil as entidades assistenciais são proporcionalmente mais numerosas.

O crescimento das organizações não governamentais, segundo ANTUNES (1999), se dá em partes devido à resposta que estas dão aos interesses do Capital. Levando em consideração que estas organizações passaram a ter grande vinculação com o processo de transformação tecnológica e social, a partir dos anos 90, com a plena extensão do Neoliberalismo.

Para ANTUNES a expansão do trabalho no Terceiro Setor, é:

“...forma alternativa de ocupação, em empresas de perfil mais comunitário, motivadas predominantemente por formas de trabalhos voluntários, abarcando um amplo leque de atividades, sobretudo assistenciais, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem um tanto à margem do mercado.” (ANTUNES, 1999, p. 112)

²⁶ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai, Serviço Social da Indústria - Sesi, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, Serviço Social do Comércio - Sesc, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat, Serviço Social do Transporte - Sest, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop, etc.

Os serviços sociais dos quais as organizações não estatais e sem fins lucrativos estão assumindo como gestoras são qualificados por IAMAMOTO como:

“um reforço para a garantia dos elevados níveis de produtividade do trabalho exigidos pela elevação da composição orgânica do capital.” (2006, p. 101)

“[...] os serviços sociais têm para os capitalistas um caráter complementar a reprodução da força de trabalho a menor custo [...]” (idem, p.102).

Segundo o Instituto Polis²⁷, existem dois formatos de ONG no Brasil: Associações Cívicas sem Fins Lucrativos, criada a partir da determinação de um grupo de pessoas, com objetivos sociais comuns. Podendo ser uma pessoa jurídica de direito privado, a partir da união de pessoas com o objetivo / finalidade não econômica; e as Fundações. Estas têm sua origem a partir de um conjunto de bens ou patrimônio, criado por uma pessoa física ou jurídica com finalidade social e determinada. São criadas por duas maneiras, por escritura pública ou testamento, tendo finalidade pública e social ao mesmo tempo.

Qualquer organização de direito privado e sem fins lucrativos, legalmente constituída, pode requisitar certificados, títulos e qualificações junto ao Poder Público. O título de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é um deles. Não há mudança na denominação ou personalidade jurídica, apenas são conferidos à organização alguns benefícios, como remuneração da composição da diretoria, e em alguns casos a facilidade de acesso a alguns recursos públicos para os doadores.

Assim como as Associações e demais entidades filantrópicas, as ONG's possuem estatuto jurídico de entidades sem fins lucrativos²⁸.

²⁷ Instituto Polis disponível em: <http://polis.org.br/artigo>. Acesso em 13/10/2008.

²⁸ Que suas atividades e projetos desenvolvidos não gerem lucro para a mesma nem de seus dirigentes.

Para se conveniarem com o Estado, as Associações Cívicas sem fins lucrativos devem contemplar alguns requisitos mínimos, apontados nos Artigo 6º dos Instrumentos de regulação de parceria na política de assistência social (PLAS/SP, 2003).

Vale destacar que existem duas visões a respeito das ONG's e das mudanças ocorridas na última década. Incluem o aparecimento do termo terceiro setor. GOHN (2005) aponta que uma delas é o pensamento de que esta é mais uma forma de reforçar a exploração da classe trabalhadora, e uma direção estratégica de desresponsabilização do Estado na área social. A segunda visão é a idéia de algo verdadeiramente novo que vem a preencher a lacuna que o Estado deixou, quando se mostrou ineficiente para responder às demandas sociais. (GOHN, 2005)

A seguir, o próximo capítulo abordará o município de São Paulo e o histórico dos programas sócio educativos, o núcleo sócio educativo Riviera, a Sociedade Santos Mártires e a realidade a ser objeto de pesquisa neste trabalho.

**II CAPÍTULO - A REGIÃO DO M'BOI MIRIM E A SOCIEDADE
SANTOS MÁRTIRES**

2.1 – MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: HISTÓRICO DOS PROGRAMAS SÓCIO EDUCATIVOS

Após a década de 1920, o Estado brasileiro começou a desenvolver ações paternalistas e protetoras voltadas para infância, atendendo a necessidade tanto da criança quanto da mãe. Desenvolveu também a função de correção dos menores infratores, em Instituições que originaram mais tarde a FUNABEM²⁹ e FEBEM³⁰.

SOUZA³¹ (2002) faz um resgate histórico do surgimento dos programas sócio educativos na cidade de São Paulo. Esses serviços passam por mudanças de denominações no período de 1971 até a atualidade, que compreende 16 administrações públicas do município de São Paulo.

A autora apresenta, a visão de cada uma das administrações sobre pobreza, suas relações com a comunidade e com outros agentes sociais. O Quadro I na página seguinte foi construído a partir do quadro estruturado pela autora, SOUZA (2002), que contribui para a compreensão dessa trajetória.

É necessário expor esses momentos de mudanças para que se possa compreender a relação estabelecida entre o poder público e as organizações que gestam os serviços, e seu reflexo na atenção dada aos sujeitos dessa pesquisa atual.

²⁹ FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

³⁰ FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

³¹ Beatriz de Paula Souza. Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo.

Quadro I - Cronologia da Gestão e Denominações dos Serviços Sócio Educativos. Município de São Paulo de 1971 à 2008

<i>Período</i>	<i>Prefeito</i>	<i>Denominação do Órgão Municipal Responsável</i>	<i>Denominação do Serviço</i>
4/1971 a 8/1973	José Carlos de Figueiredo Ferraz	Secretaria Municipal do Bem Estar Social - SEBES	4-8/1973 Projeto Experimental Menor Trabalhador de Rua
8/1973 - 4/1975	Miguel Colasuonno	SEBES	Projeto Experimental Menor Trabalhador de Rua
4/1975 - 6/1979	Olavo Egydio Setubal	4/1975 - 6/1977 SEBES	4/1975 - 1977 Atividade Menor Adolescente
		6/1977 - 6/1979 Coordenadoria do Bem Estar Social - COBES (ligada à Sec. das Adm. Regionais)	1977 - 6/1979 Projeto Orientação Sócio-Educativa do Menor - OSEM
6/1979 - 4/1982	Reynaldo E. de Barros	COBES	OSEM
4/1982 - 4/1983	Antonio Salim Curiati	Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social - FABES	OSEM
4/1983 - 5/1983	Altino Lima	FABES	OSEM
5/1983 - 12/1985	Mario Covas	FABES	OSEM
1/1986 - 12/1988	Jânio da Silva Quadros	1/1986 a 6/1987 Superintendência do Bem Estar Social - SUBES (ligada à Sec. Da Educação)	1/1986 - 10/1986 OSEM
		6/1987 - 12/1988 SEBES	10/1986 - 12/1988 Centro da Juventude - CJ
1/1989 - 12/1992	Luiza Erundina de Souza	SEBES	CJ
1/1993 - 12/1996	Paulo Salim Maluf	FABES	CJ
1/1997 - 5/2000	Celso Pitta	1/1997 - 12/1999 FABES	1/1997 - 12/1999 CJ
		12/1999 - 12/2000 Secretaria Municipal da Assistência Social - SAS	12/1999 - 12/2000 Espaço Gente Jovem - EGJ
5/2000 - 6/2000	Régis Fernandes de Oliveira	SAS	EGJ
6/2000 - 12/2000	Celso Pitta	SAS	EGJ
01/2001 - 12/2004	Marta Suplicy	SAS	De 01/2001 à 09/2003 EGJ
			De 10/2003 à 12/2004 Núcleo Sócio Educativo
01/2005 - 08/2006	José Serra	SMADS	NSE
09/2006 - Atual	Gilberto Kassab	SMADS	De 09/2006 à 10/2008 NSE
			A partir de 11/2008 Centro para a Criança e Adolescente -CCA- e Centro para a Juventude - CJ

Fonte: SOUZA, 2002; PLAS/SP 2002 e 2003; Portaria 28.

Em meados da década de 70 o crescimento da população de crianças e adolescentes em situação de rua e de trabalho, com expressão significativa no Centro da Cidade de São Paulo, passa a gerar um incômodo na população que ali circulava.

Tal incômodo levou o poder público municipal, por meio da então SEBES – Secretaria de Bem Estar Social, a promover ações direcionadas à esse público, com o objetivo de “integrá-los socialmente e retirá-los das ruas”. Foi implementado assim o “Projeto Menor Trabalhador de Rua”, que permaneceu em funcionamento com três núcleos, de 1973 à 1975. Este projeto foi encerrado em 1975, segundo estudos de SOUZA (2002), devido ao não alcance de seus objetivos.

Assim, seus responsáveis decidiram realizar ações nas regiões de origem destas crianças e adolescentes, as periferias, a fim de prevenir que elas fossem para o Centro.

Então, o projeto que terminou em 1975, no mesmo ano se transformou no “Programa de Atendimento ao Menor Adolescente” e consecutivamente no Projeto “OSEM – Orientação Sócio Educativa do Menor”. Foi nesse período que se realizaram os contratos iniciais de convênio com “entidades sociais locais” para que desenvolvessem o trabalho sócio educativo com as crianças. O argumento para que não fosse o próprio poder público a assumir esta demanda no território, através da administração direta, é de que essas entidades tinham o devido conhecimento e entrosamento com a comunidade, o que era favorável ao desenvolvimento do trabalho.

Em 1977 os convênios já tinham duplicado, aumentando mais de 50% o número existente no início do estabelecimento deste tipo de administração “compartilhada ou indireta”, e desse ano até o ano de 1986 o Projeto OSEM passou por várias administrações públicas, e paralelamente as mudanças de

nomenclatura do órgão municipal responsável pela área da assistência, que mudou de SEBES para COBES – Coordenadoria do Bem Estar Social em 1977, e depois para FABES – Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social em 1982.

No ano de 1986, a Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social se transforma em SURBES – Superintendência do Bem Estar Social, ligada à secretaria da educação. Os espaços sócio-educativos deixam de ser chamados de OSEM, devido a mobilizações da sociedade civil que derivaram de discussões que apontavam inadequada a denominação “menor”³² e passam a ser nomeados como CJ – Centro de Juventude.

Cabe aqui ressaltar que foi através dessas mobilizações e discussões que foi elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - que estabeleceu um marco na defesa dos direitos desses sujeitos. Com o ECA os espaços sócio educativos passam a ser situados no sentido da garantia de direitos e não mais como espaços de mera ocupação de tempo. Os espaços sócio educativos são uma forma de garantia para que crianças e famílias possam permanecer juntas recebendo assistência e orientação.

Com o ECA fica garantido o direito da criança e do adolescente de serem protegidos integralmente.

Considerando que as ausências econômicas muitas vezes podem contribuir para o rompimento de alguns vínculos, tanto familiares como comunitários, é previsto no estatuto da criança e do adolescente que as famílias devem ser incluídas em programas oficiais de auxílio, para colaborar no fortalecimento desses vínculos e atendimentos necessários.

³² Menor: que ainda não atingiu a maioridade. (FERREIRA, 2002, p. 456.)

O estatuto da criança e do adolescente apresenta:

Art. 23 - A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.

Parágrafo Único - Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

Esta conquista reconfigurou o caráter desses serviços, mas como veremos a seguir, ainda há muito por fazer nesta área de atenção à criança e ao adolescente.

No período de 1989 a 1992, na gestão Luiza Erundina os CJ's – Centros de Juventude – se situaram no âmbito dos Serviços chamados Centros de Convivência, dos quais também faziam parte os Centros para o Idoso e outros seguimentos. Nessa administração, SOUZA (2002) aponta para uma melhora na qualidade dos serviços prestados, pela possibilidade do remanejamento de verbas. A partir deste momento, tornou-se possível que as entidades conveniadas passassem o valor que era gasto com alimentos não perecíveis para gastos com alimentos perecíveis e materiais de trabalho para o desenvolvimento das atividades diretas, já que a secretaria de abastecimento passou a fornecer os alimentos não perecíveis.

A partir de 1993, com a gestão Paulo Maluf, a situação foi invertida, ocorrendo um desmonte dos serviços com a descontinuidade do investimento na área da assistência social. Ainda nessa administração houve a reimplantação do Programa Guarda-Mirim Metropolitana, com serviços prestados dentro dos Centros de Convivência, prédios da secretaria da FABES ou entidades sociais ligadas a ela.

O referido programa tinha como objetivo a formação de atitudes e potencialidades através de atividades que desenvolvessem com os educandos

noções de primeiros socorros, defesa pessoal, marcha (ordem unida), acompanhamento escolar e atividades recreativas, tendo como parceira a Guarda Civil Metropolitana. Foi extinto a partir da resolução Nº 54 / CMDCA³³ / 1999:

Considerando que a Resolução 155 do CONANDA³⁴, resultante da II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, recomenda aos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos a extinção dos programas como Guarda-Mirim, Patrulheiro-Mirim e similares, uma vez que os mesmos não respondem às condições necessárias de proteção ao trabalho do adolescente.

Uma mudança mais significativa aconteceu quando em 1999, o Prefeito Celso Pita, que assumiu a Prefeitura do Município de São Paulo já em situação caótica, visando melhorar sua própria imagem que estava prejudicada pela forte exposição da corrupção na sua administração, nomeou Alda Marco Antonio como Secretária da FABES.

Nesse momento foram introduzidas “modificações afinadas com a linguagem em assistência social de então, como a mudança do nome do órgão para Secretaria da Assistência Social – SAS. Os CJ passam a se chamar EGJ – Espaço Gente Jovem.” (SOUZA, 2002)

SOUZA (2002), estudou os períodos de cada uma dessas definições. Até a mudança antes da última acima mencionada, não apresentaram mudanças significativas quanto ao investimento ou visão política do poder público em relação ao trabalho realizado. Ao mesmo tempo que havia um avanço em um período determinado, ao término de outra gestão pública, havia um retrocesso. Havia programas de governo, ao invés de uma política de Estado voltado para as reais necessidades de crianças e adolescentes pobres.

No período que compreende o trabalho em EGJ, podemos identificar como mudanças significativas, apesar de sua normatização ter base na programação

³³ CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

³⁴ CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

dos Centros de Juventude, a introdução da “área de meio ambiente, recreação e projeto de vida” (direitos, deveres, ética, relações de trabalho e outros), o que aproxima mais o trabalho realizado em âmbito municipal, do conceito de educação–formal utilizado nesta pesquisa.

Também houve mudanças “na exigência da formação do quadro de funcionários”. Passava a ser de nível superior para o “Diretor” e de nível médio para os educadores, antes chamados de monitores. Os atendimentos de grupos passaram a ser feitos por três faixas etárias: de 06 a 15 anos de idade, de 15 a 18 anos e jovens de 18 a 24 anos de idade, ampliando mais uma em relação a atenção dada no governo anterior.

Todas as atividades desenvolvidas, assim como a rotina, passaram ser planejadas de forma que cada criança e adolescente participe da elaboração. Passaram a ser pensadas, estratégias de recepção e acolhimento, cuidado pessoal e discussão dos conteúdos propostos nas áreas programáticas. Era necessário assegurar uma relação de construção do conhecimento. Cada ação a ser desenvolvida deveria se fundamentar numa intencionalidade clara e definida,. A interdisciplinaridade das áreas passou a ser de grande importância, para que cada criança e adolescente compreendesse a natureza das atividades propostas. (SAS. Normatização Básica. Espaço Gente Jovem. 2000. p.6)

As áreas programáticas tinham como pressuposto “o processo de construção da cidadania, respeitando as características de cada faixa etária a ser planejada de modo a manter uma regularidade”. (FORONI, 2006, I Congresso Internacional de Pedagogia Social)

O programa Espaço Gente Jovem teve seu nome modificado para NSE – Núcleo Sócio Educativo – devido as metas do Plano de Assistência Social do Município de São Paulo – PLAS/SP - (2002), que visavam, “Redirecionar os EGJ’s

para a orientação de cidadania e não de jornada ampliada, isto que o faz programa do campo da educação e não de assistência social”. (PLAS/SP, 2002, p.69)

A mudança veio no sentido de suprimir o caráter de complementaridade à educação formal. Entendia que era preciso fortalecer o campo da educação, para que desse conta de suas competências, sem criar ações paliativas sob responsabilidade dos serviços sócio assistenciais.

Então a proposta do núcleo sócio educativo, nome adotado a partir de 2003, é de atendimento sócio-educativo preventivo e protecionista, na concepção da busca pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Em especial, busca o direito à convivência comunitária, aspecto já levantado neste estudo.

É um programa que presta atendimento diário, sendo estabelecido conforme a necessidade da região, onde a família é inserida à programação e se encontra no âmbito da Proteção Social Básica.

Para a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo – SMADS -, a proteção básica objetiva:

[...] Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a inclusão social e autonomia da família, de seus membros e de indivíduos, bem como reduzir índices de eventos. (SÃO PAULO/SMADS, PLAS, 2006).

Os núcleos são considerados espaços sócio-educativos, recorrendo à educação não-formal. Possibilitar o convívio, oferecer alimentação e trabalho sócio educativo, em horário complementar ao da escola, são algumas das suas atribuições. Os Núcleos atendem crianças e adolescentes (de 06 a 15 anos de

idade) e em alguns equipamentos que compõem a rede são atendidos também adolescentes de 15 a 18 anos de idade e jovens de 18 a 24 anos de idade.

Quanto as responsabilidades do Estado e da organização executora desses serviços, encontramos a seguinte regulamentação:

O Decreto Nº 43.698, de setembro de 2003 que regulamentou a Lei Nº 13.153, 22 de Junho de 2001 (PLAS/SP 2003), em seu “Art. 20. Inciso XIV coloca como uma das responsabilidades da Secretaria Municipal de Assistência Social *“garantir a qualificação dos recursos humanos que operam os serviços ou projetos em parceria”*

O Art. 22. Inciso II c), deste mesmo decreto, dispõe como uma das responsabilidades das associações e organizações conveniadas: “[...] garantir padrão de qualidade das ações e promover a implantação das sugestões de alteração ou complementação das ações, apresentadas pela Supervisão Técnica, pelos usuários e pela comunidade”.

É possível perceber que as responsabilidades por parte tanto do Estado quanto da organização executora dificilmente serão cumpridas. Isso afeta diretamente os trabalhadores dos serviços sociais, dentre os quais se encontra o educador social.

2.1.1 Trabalho Social, Recursos Humanos e Direitos do Trabalhador

A Declaração Universal dos direitos humanos (1948) artigo XXIII pontua:

[...] toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção

contra o desemprego. ... Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário a outros meios de proteção social. (CRESS SP, 2006 p. 433)

O educador social, como outros trabalhadores presentes na área social, faz parte do quadro de recursos humanos das organizações. No entanto, o contexto de trabalho desses trabalhadores é pouco discutido. Segundo o PNAS:

“O tema recursos humanos não tem sido matéria prioritária de debate e formulações, a despeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho e do encolhimento do Estado, implicando precarização das condições de trabalho e do atendimento à população.” (BRASIL, PNAS, 2004, pág. 46)

No ano de 2006 foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social - NOB - RH SUAS. Segundo este a NOB-RH/ SUAS seu objetivo é tratar a gestão do trabalho como uma questão de estratégia para implementação do SUAS, entendendo que a qualidade dos serviços sócio-assistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS. Dentre os quais, estão situados não só os trabalhadores servidores públicos, mas também os trabalhadores de entidades e organizações da assistência social. (BRASIL, 2006)

No que tange a questão da capacitação/qualificação para o trabalho destacamos um trecho do caderno “ONG. Tendências e necessidades II” que aponta para a necessidade de capacitação para técnicos e educadores que trabalham no atendimento direto com os educandos. Consideramos válido destacar em um dos textos do caderno; o depoimento realizado em uma mesa de debates, feita por uma educadora do Instituto Universidade Popular de Belém³⁵, que relata:

³⁵ Acalice Otterloo, 2003.

“Se acreditamos que o trabalho social não pode ser desenvolvido de forma assistencialista e amadora, muito menos por uma militância alienada, o trabalho social pode tomar outros rumos e seu próprio sentido.

A capacitação adquire um valor imprescindível: rompe com a cultura tutelar, que considera “nosso projeto como prestando favor, fazendo caridade ao público-alvo”. (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, 1998.)

Em relação às leis trabalhistas, elas são reguladas pelo marco regulatório das demais relações de trabalho, como o Contrato Celetista (CLT).

Como entidade de classe que representa os educadores sociais encontra-se o Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo (SITRAEMFA). Atua na defesa dos direitos de todos os trabalhadores que direta ou indiretamente estão ligados a área da criança e do adolescente, em CEI's – Centros de Ensino Infantil –, Núcleo Sócio Educativos, Albergues, Abrigos entre outros que possuem convênio com a Prefeitura³⁶.

O SITRAEMFA seria um espaço de lutas e articulações em prol de melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores e nas suas condições de trabalho, que surge no ano de 1985 a partir de um grupo de trabalhadores que criam a “Associação dos Trabalhadores da Febem-SP”, e anos mais tarde vem a formar o SITRAEMFA, na junção desses trabalhadores da Febem com os trabalhadores da Rede Conveniada. O SITRAEMFA está filiado entre grandes sindicatos como a Central Única dos Trabalhadores – CUT e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS.

FREIRE (1996) refere que entre saberes fundamentais à prática educativa, encontra-se a referência à luta dos educadores pelos seus direitos e sua valorização como algo inerente a sua prática. O autor explicita que “a luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui que a briga por salários menos

³⁶ A última convenção dos trabalhadores filiados ao SITRAEMFA encontra-se no **anexo 7**.

imorais é um dever irrecusável e não só um direito deles”. Esse envolvimento dos educadores na reivindicação por seus direitos, seja através do sindicato que os representa, seja no movimento de refletir e reivindicar condições de trabalho no espaço da Organização em que atua é importante para educadores e educandos. (FREIRE, 1996)

2.2 NÚCLEO SÓCIO EDUCATIVO RIVIERA

Esta unidade de atendimento da Sociedade Santos Mártires está localizado no Jardim Riviera. O serviço possui capacidade de 356 atendimentos mensais, atendendo atualmente 123 crianças e adolescentes na faixa etária de 6 à 14 anos e onze meses e 80 na faixa etária de 15 à 17 anos e onze meses de idade.

O referido espaço sócio educativo está localizado em um bairro de classe média alta, que se encontra em situação de vulnerabilidade muito baixa³⁷. Mas, atende uma população originária dos Distritos Jd. São Luiz e Jd. Ângela, abrangendo os bairros: Riviera, Alto do Riviera, Jd. Herculano, Jd. Boa Sorte, Jd. Marquesa, Jd. Florida Paulista, Jd. Kagohara, Jd. Fugihara e Vila Nagib. Há um grande número de caseiros no bairro Jd. Riviera que utilizam o serviço para suas necessidades, e também empregadas domésticas que matriculam seus filhos no espaço.

No primeiro semestre de 2007, foi cancelado um dos serviços prestados pelo Projeto RAC³⁸ - Redescobrimo o Adolescente na Comunidade - que

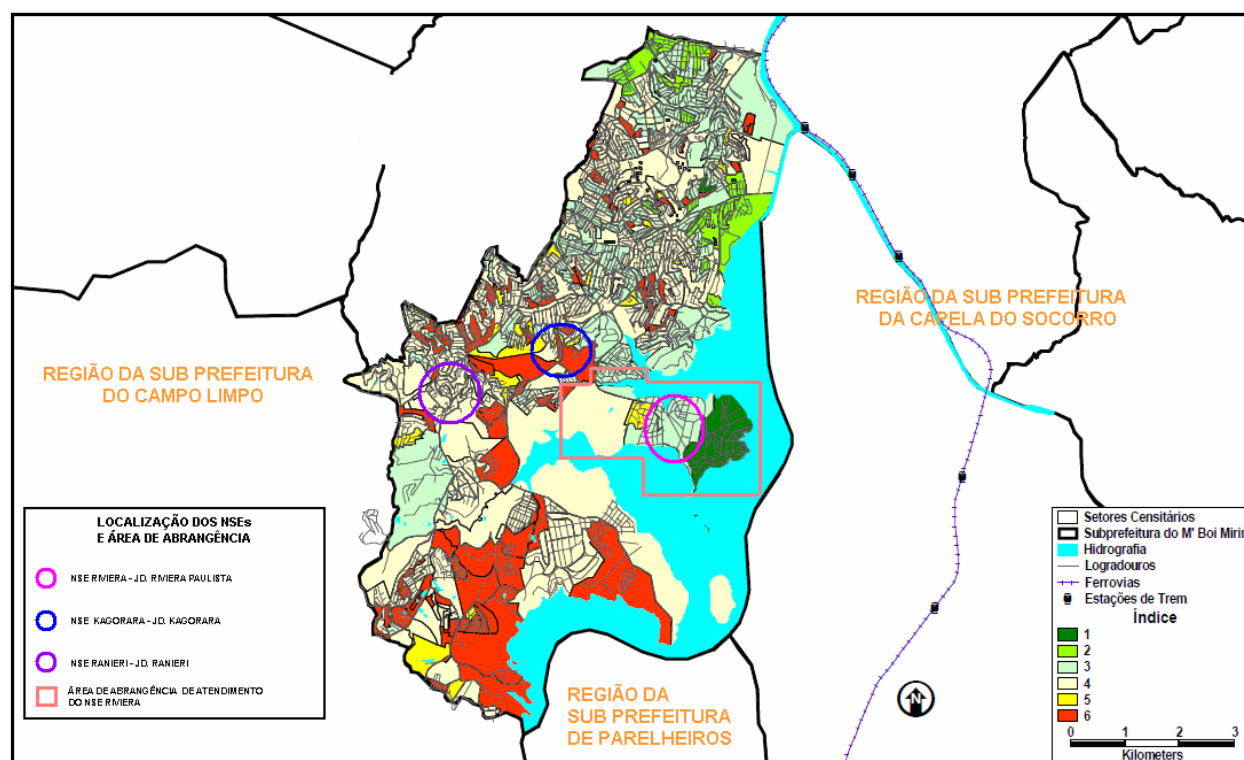
³⁷ Vulnerabilidade muito baixa - Segunda maior renda do município, segunda média de responsáveis com ensino fundamental completo, maior concentração de famílias mais velhas. Fonte: Prefeitura da Cidade de São Paulo.

³⁸ Era um projeto financiado pelo FUMCAD – Fundo Municipal de Apoio a Criança e ao Adolescente –, mas tornou-se uma política pública em meados de 2003/2004, e não se enquadrava às normas da municipalização prevista pelo convênio, por isso ocorreu seu fechamento naquele núcleo.

consistiam em cursos e oficinas de pizzaiolo, hip-hop, música, teatro e marchetaria. A partir de então, pelo cancelamento desse serviço, a instituição assumiu esses serviços em outros dois endereços, utilizando para a manutenção deles o recurso financeiro que era direcionado somente ao NSE Riviera. Trata-se do NSE Kagohara, que atende a faixa etária de 15 à 18 anos, situado no endereço Rua dos Menestréis, s/nº, no Jardim Kagohara; e o NSE Ranieri que atende a faixa etária de 15 a 18 anos, situado no endereço Avenida Ivirapema, 41 no Jardim Ranieri.

O mapa a seguir explicita a localização dos três NSE's e a área de abrangência desses núcleos.

Figura 1³⁹ – Mapa de Identificação dos três Núcleos Sócio Educativos e sua área de abrangência



³⁹ Fonte: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – Subprefeitura do M' Boi Mirim, 2000. In: IBGE. Censo Demográfico 2000. Fundação SEADE.

O NSE Riviera oferece atividades/ oficinas como panificação, informática, cidadania e atividades direcionadas que são divididas por faixas etárias. O educador social trabalha nessas atividades e oficinas desenvolvendo o trabalho a partir de quatro eixos temáticos: arte e cultura; esporte e lazer; saúde e meio ambiente; diversidade cultural e educação.

Pelo convênio estabelecido com a SMADS deveriam ser atendidos 40 participantes por turma. A instituição organizou a continuidade de atendimento para 45 participantes, até o encerramento das atividades desse ano corrente.

Para o trabalho educativo conta com oito educadores, uma auxiliar de limpeza, uma auxiliar de serviços gerais, uma cozinheira, duas auxiliares de cozinha, uma secretária, um coordenador de nível superior, formado em pedagogia e uma coordenadora de nível médio.

No decorrer da pesquisa, durante a coleta de dados, um dos educadores nos informou que assumia uma nova função dentro do Núcleo Sócio Educativo: Técnico Especializado. Essa mudança ocorre devido à publicação da Portaria 28 da SMADS, que estabelece a contratação desse profissional nos espaços de atendimento à crianças e adolescentes. À essa contratação, soma-se também, a de um auxiliar administrativo para os Núcleos que prestem atendimento a mais de 180 crianças, adolescentes e jovens, como é o caso do referido Núcleo.

Alguns moradores do Riviera Paulista, no entorno à organização, são voluntários em atividades lúdicas, eventos festivos e na biblioteca.

Durante o período de realização dessa pesquisa foi deliberado pelo secretário da Secretaria Municipal Assistência Social, Floriano Pezaro, novamente a mudança de denominação do espaço, agora para Centro para a Criança, Centro para o Adolescente e Centro para Jovem. Junto a essa mudança ocorre também

um aumento no número de atendimentos, redução do quadro de educadores, e a contratação de um técnico. E para os núcleos com atendimento superior a 170, a contratação de um auxiliar administrativo.

Com esta deliberação, a gerência do serviço realizou discussões com o poder público no primeiro semestre de 2008, relacionados às propostas de mudanças a partir da substituição da denominação. Sem uma concordância entre a organização e o poder público quanto a essas mudanças, foi marcada uma audiência para o mês de outubro de 2008 para decisão dos rumos do serviço.

Antecipando-se aos fatos que ainda estariam por vir, os responsáveis pela gestão direta do serviço NSE – Riviera, elaboraram uma nova proposta de trabalho seguindo algumas das mudanças previstas pela SMADS e colocando algumas da própria organização. Porém, em visita ao campo em 15 de Outubro de 2008, nos foi informado que a proposta foi recusada, tendo como resposta que a instituição deveria pautar-se na Portaria 28⁴⁰.

2.3 ORGANIZAÇÃO SANTOS MÁRTIRES

Devido à falta de recursos e de ações públicas, a população foi obrigada a se organizar para reivindicar melhorias, surgindo assim inúmeras organizações da sociedade civil em prol de crianças, adolescentes e toda a população, na luta contra drogas, violência e busca da cidadania. Segundo dados da Prefeitura de São Paulo esses projetos já alcançaram resultados significativos, como a redução no número de homicídios que embora ainda altos, caíram pela metade.

⁴⁰ Com a publicação dessa nova Portaria, a partir de Novembro de 2008 todos os núcleos passarão a se chamar Centro para a Juventude.

Uma das organizações criadas a partir dos movimentos de reivindicação por melhorias da Região e na qualidade de vida dos moradores foi a “Sociedade Santos Mártires”. Atua em diversas áreas de atendimento à população da região do M’ Boi Mirim. Segundo dados disponibilizados pela própria organização, foi fundada em 1988 pela comunidade local, situada no bairro do Jardim Ângela, junto com padres da Paróquia de mesmo nome.

A Sociedade Santos Mártires tem como proposta atuar na melhoria de condições de vida da população e da região. Trata-se de uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com objetivo “a promoção humana” através de trabalhos realizados junto à população, sem preconceito de origem, raça, idade, cor, credo ou qualquer outra forma de discriminação.

Sua missão está calcada em:

“Ser uma chama de esperança, na região do Jardim Ângela, através de ações que valorizem a vida de crianças, jovens e adultos, estimulando-os à prática da cidadania”. (Estatuto da Organização Sociedade Santos Mártires, s/d)⁴¹

Integra-se ao objetivo da mesma:

“Assegurar proteção social a Adolescentes e Jovens em situação de vulnerabilidade e risco, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, por meio de desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia, cidadania, vida política e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ampliando o repertório cultural, reconhecendo o trabalho como direito e cidadania, investindo na formação profissional, assegurando o conhecimento do mundo do trabalho, capacitando-os em competências específicas, básicas e de gestão”. (Estatuto da Organização Sociedade Santos Mártires, s/d)

Sua atuação está voltada para as áreas de educação, saúde, assistência social e controle social e é reconhecida como de Utilidade Pública Federal nº 57/98/99 e Utilidade Pública Municipal nº 38.870/9923.

⁴¹ Não foi possível termos acesso ao estatuto da organização, mas conseguimos a informação através do coordenador de um dos serviços por lá prestado.

Atualmente a organização é gestora de quatro Centros de Educação Infantil Conveniados (CEI), administra vinte e cinco salas do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), o Projeto CUIDA – Centro Utilitário de Intervenção e Apoio aos Filhos de Dependentes Químicos, o serviço CAPS AD – Centro de Atendimento Psicossocial a Álcool e Drogas, quatro Núcleos Sócio Educativos (NSE), o RAC – Redescobrimo o Adolescente na Comunidade, a Casa Abrigo Raio de Sol, um CRECA – Centro de Referência da Criança e Adolescente, além de unidade dos Programas “Ação Família”, “Agente Jovem”, um Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), a Casa Sofia, que atua no Combate à violência doméstica.

Ainda mantém um curso de agentes comunitários na região, uma oficina multimistura⁴², um telecentro e uma escola de informática, na Paróquia Santos Mártires. São desenvolvidas também ações relacionadas ao meio ambiente através do pólo de reciclagem e orientação Reciclângela e oficinas de incentivo a leitura em quatro bibliotecas comunitárias.

A Sociedade Santos Mártires recebe ajuda de voluntários que desenvolvem atividades com a Terceira Idade. E outros três grupos, também voluntários, no atendimento a portadores de deficiência física na FCD – Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, e deficientes mentais por meio do espaço Ninho da Esperança e espaço Fé e Luz.

O Quadro II, a seguir, identifica os serviços e atendimentos da organização.

⁴² Produção de Farinha Nutritiva, a partir da mistura de farelo de arroz, trigo, milho e aveia torrados, pó de folha de mandioca, batata-doce, chuchu, castanhas, farinhas e amidos torrados, leite em pó e germe de trigo, entre outros, para ser utilizada como reforço na alimentação. À farinha multimistura é atribuído valor como suplemento/complemento alimentar por contar do teor e variedade dos nutrientes que possui, vindo a sua utilização, por esse motivo, sendo preconizada para recuperação/ reequilíbrio nutricional. Essas qualidades, aliadas ao seu baixo custo e simplicidade de preparação têm sensibilizado diversas instituições sociais para a utilização desta multimistura no combate à desnutrição, principalmente infantil e outros quadros de carências relacionadas à alimentação. (Sociedade Santos Mártires, Relatório Agosto de 2008)

Quadro II – Número de atendimentos Mensais e Serviços Administrados pela Organização Santos Mártires. São Paulo, Agosto de 2008.

Serviço	Atendimento / Mês	Demanda	Voluntários	Faixa Etária
CEI Fugihara	169	436	-	0 a 4 anos
CEI Sant'Ana	65	150	1	2 a 4 anos
CEI Santo Dias	70	130	1	2 a 4 anos
CEI Luar do Sertão	84	450	-	0 a 4 anos
NSE Alto do Riviera	62	115	1	6 a 12 anos
NSE São José	80	165	-	6 a 12 anos
NSE Sra. Fátima	72	180	3	6 a 12 anos
NSE Riviera	356	290	36	6 a 18 anos
NSE RAC	250	150	5	14 a 18 anos
CUIDA	130	-	-	0 a 18 anos
CEDECA	390	-	-	0 a 18 anos
Casa Sofia	750	-	-	Mulheres vítimas da Violência
CAP's	1.294	349	-	Dependentes Químicos
Moradia Assistida*	15	-	-	Dependentes Químicos
Telecentro*	1840	-	-	Acima de 07 anos
Informática Sede	130	-	-	-
Casa Abrigo	22	-	1	03 a 18 anos
MOVA	520	-	-	16 a ...
Inglês	40	-	-	10 a 18 anos
Bibliotecas*	250	-	10	Acima de 07 anos
Agente Jovem	75	-	-	15 a 18 anos
CRAF - Ação Família	2000	-	-	Famílias
Leve Leite	600	-	-	Famílias
Multimistura	635	-	-	Famílias
MD Confeções	60	-	-	Geranção de Renda
CRECA	22	-	-	0 a 18 anos
Ninho Esperança	30	-	-	-
Fé e Luz - Adultos Deficientes	70	-	-	Famílias
Fraternidade Cristã de Deficientes (FCD)	50	-	-	Famílias

* Esses serviços não possuem demanda computada mensalmente pelo fato de não serem de uso individual permanente. Por exemplo, a moradia assistida é utilizada somente pelo tempo de desintoxicação, ficando com vaga após os 30 dias de permanência do usuário.

Fonte: Sociedade Santos Mártires, 2008. Relatório de Agosto de 2008.

A maior parte desses serviços é efetivado a partir de convênios com Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Para custear os projetos não conveniados, a organização mantém parceria com outras Instituições⁴³.

O Núcleo Sócio Educativo Riviera, interesse desta pesquisa, é um dos serviços conveniados a SMADS, mas que também recebe ajuda financeira de algumas instituições parceiras.

2.4 ÁREA DE INTERESSE DA PESQUISA: DISTRITO DO JARDIM SÃO LUIS E M' BOI MIRIM

O Núcleo Sócio-Educativo Riviera, local de realização desta pesquisa, está localizado geograficamente no distrito do Jardim São Luiz. Trata-se de um distrito pertencente à região da Subprefeitura de M'Boi Mirim, na região sul do Município de São Paulo. Sua área de abrangência compreende também bairros do Distrito do Jd. Ângela, que já foi considerada a região mais violenta do mundo pela ONU⁴⁴ no ano de 1996.

Porém, antes de apresentar a região ao leitor por meio de dados e mapas torna-se imprescindível mesmo que brevemente, resgatar historicamente sua origem para possibilitar uma melhor apreensão da atual realidade vivenciada pela população demandatária, que está intrinsecamente ligada ao seu surgimento e urbanização.

⁴³ Fundação Telefônica, Hospital Nossa Senhora do Carmo, Instituto Camargo Corrêa, Fundação Abrinq, Grupo GESC – Gestão para entidades da Sociedade Civil, Instituto Padre Josimo, Mont Calm, Instituto Alpargatas e Timberland Ltda.

⁴⁴ Organização das Nações Unidas.

A ocupação da área cresceu às margens da represa do Guarapiranga, considerada área de mananciais. A região é delimitada pela represa, pelo Parque Ecológico Guarapiranga e pelo município de Embu-Guaçu.

A Guarapiranga foi represada em 1907, para deter as enchentes dos Rios Tietê e Pinheiros. Além disso, anos depois, o governo do estado de São Paulo desapropriou uma vasta área de terras para que a Companhia de Energia Elétrica da época denominada Light (Tramway Light And Power Company Limited) usasse as águas para abastecimento da Usina Hidroelétrica de Cubatão.

Com a construção do pólo industrial localizado na Marginal Pinheiros, a partir da Lei de Mananciais que fez com que os preços sobre as terras baixassem devido a desvalorização e com a ausência do Estado no sentido de promover uma política de ordenação do desenvolvimento urbano e habitacional na região, a ocupação da região se deu de forma desordenada, possibilitando assim os loteamentos clandestinos e o surgimento de várias favelas.

O Diagnóstico de M'Boi Mirim⁴⁵, da Prefeitura da Cidade de São Paulo, demonstra que a Subprefeitura de M'Boi Mirim, formada pelos distritos Jardim Ângela e Jardim São Luiz, possui 585.733 habitantes. Destes, 327.156 estão em idade economicamente ativa. O número de crianças e adolescentes é de 143.992, considerando a faixa etária entre 5 a 19 anos.

Segundo o Sumário de Dados de 2004, a região oferece 32.778 empregos. Esse número sugere que a maior parte dos moradores em idade economicamente ativa tem que ir à busca de emprego em outras regiões da cidade. Quanto ao rendimento dos chefes de família, dos quais são "dependentes" as crianças e adolescentes, 17,02% da população em idade economicamente ativa não

⁴⁵ Elaborado pela Equipe Técnica da Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social da Subprefeitura de M'Boi Mirim, em Agosto de 2008.

possuem nenhum rendimento, 7,02% a mais que a média do município, e 61,32% possuem renda de “até” 5 salários mínimos.

No que se percebe em relação aos programas redistributivos, no distrito onde o serviço se localiza até o ano de 2004 somente eram beneficiados 126 munícipes pelo Programa “Bolsa Trabalho”, e outros 4.770 pelo programa “Renda Mínima”.

Segundo dados disponíveis no Diagnóstico de M’Boi Mirim, naquela região existem aproximadamente 43 Núcleos Sócio Educativos, conveniados ao Município/SMADS.

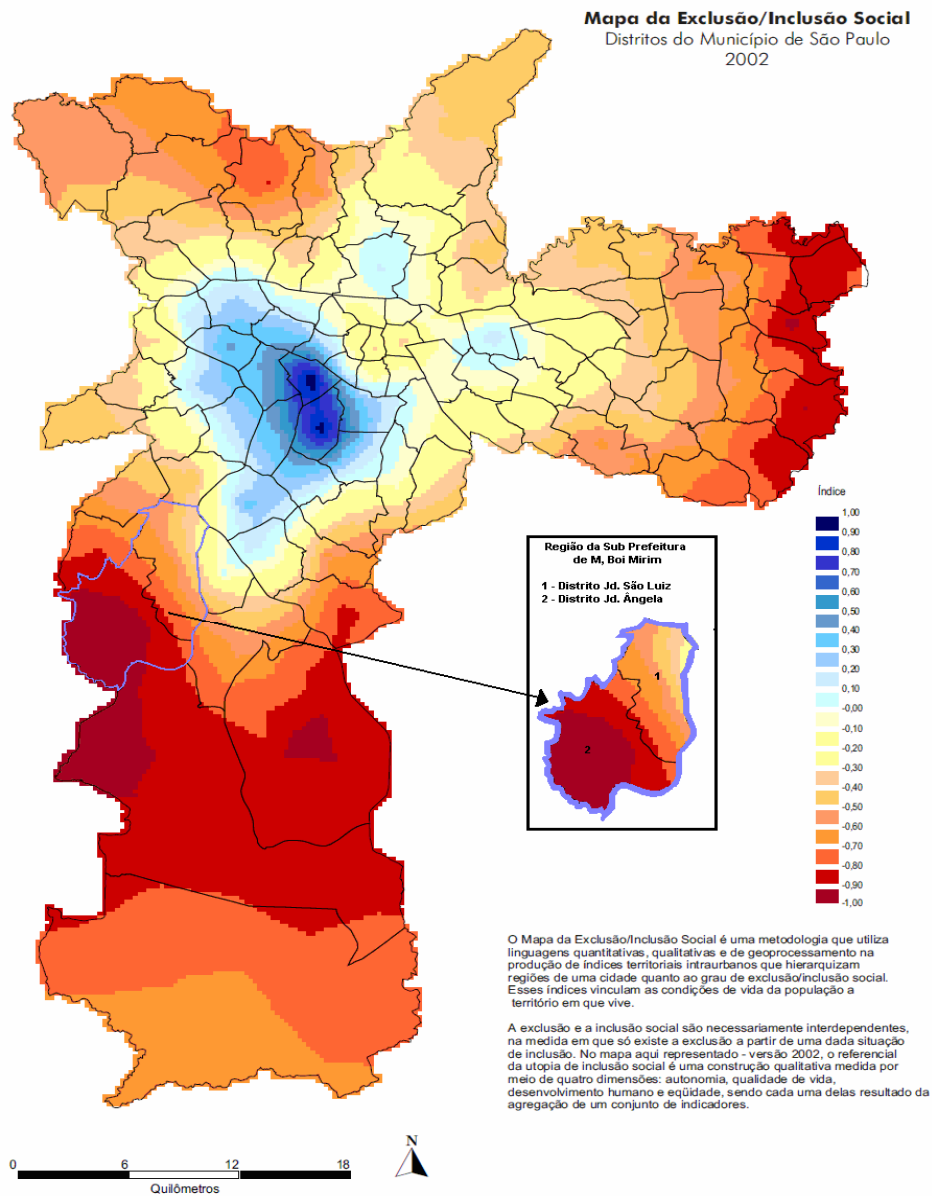
Essa região é marcada pela carência de serviços públicos em diversos setores como educação, saúde, habitação, cultura etc. Até o ano de 2007 a população não contava com serviço hospitalar, havia apenas um hospital na região e era privado. Esse dado mudou com a construção do Hospital M’Boi Mirim, que ainda assim será o único a prestar atendimento à uma demanda de mais de meio milhão de pessoas. A taxa de mortalidade infantil é de 16,70 para cada 1.000 nascidos vivos, e a proporção de gestação entre adolescentes está em 18,34.

Na região o número de domicílios é de 131.935, e 4.882 estão localizados em área de risco⁴⁶, sendo 3,68 moradores para cada domicílio nessa área. Existe um total de 168 favelas entre os distritos do Jardim São Luis e Jardim Ângela.

Esses dados confirmam a situação de vulnerabilidade extrema da região que pode ser visualizada na Figura I, o Mapa da Exclusão/ Inclusão Social da Cidade de São Paulo, a seguir.

⁴⁶ Área de Risco: de desmoronamento e desbarrancamento de encostas de morro e margens de córrego, que é recomendada a não construção de casas ou instalações. Fonte: Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Figura II: Mapa do Município de São Paulo, organizado por distritos, enfocando a inclusão/ exclusão social



“aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. (FREIRE, 1996)

III CAPÍTULO – AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL

Para a realização desta pesquisa foi adotado o estudo qualitativo e utilizadas fontes de informações primárias. O tipo de amostragem escolhida foi a intencional⁴⁷, pois esta pesquisa busca compreender a temática proposta, em um campo específico e determinado que não atinge a totalidade do universo da educação social, mas sim um dos serviços situados nesta área de atenção.

Nosso objetivo geral era o de conhecer as condições de trabalho do educador social atuante no núcleo sócio educativo Riviera, sujeitos desta pesquisa. Esse objetivo deveria ser atingido a partir de três outros: conhecer quais são as demandas de trabalho dos educadores sociais colocadas pela organização empregadora; observar quais as condições de trabalho oferecidas ao educador social pela organização empregadora e entender as estratégias construídas pelos educadores para desempenho de seu trabalho.

Anteriormente à coleta de dados, dois meses antes, foram realizados diálogos individuais com os sujeitos para enfatizar a importância de sua participação, nesta pesquisa. Responsabilizamos-nos também pela devolutiva dos resultados da pesquisa para o Núcleo Sócio Educativo Riviera e para os educadores sujeitos deste trabalho. Também nos comprometemos com a confidencialidade, a privacidade, a proteção da imagem dos sujeitos da pesquisa. Foi firmado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo a liberdade de participação e que, as informações colhidas fossem utilizadas sem causar prejuízos aos sujeitos da pesquisa, mantendo-se a preocupação ética.

Como técnicas de pesquisa foram escolhidas as observações diretas, que consistiam em observações feitas pelas pesquisadoras no campo de pesquisa, as entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionário para obtenção dos dados pessoais dos sujeitos. As observações foram realizadas a partir de

⁴⁷ Amostragem Intencional: compõe-se por sujeitos escolhidos por determinado critério. É escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra. MINAYO, 2007.

anotações em caderno de campo, durante as entrevistas e visitas ao campo, a aplicação de questionários consistia em perguntas fechadas que tinham por objetivo obter alguns dados dos sujeitos e as entrevistas semi-estruturadas, que foram realizadas a partir de um roteiro pré estruturado, mas não rígido, o que possibilitou que fossem exploradas mais questões de acordo com as necessidades que se apresentaram durante as entrevistas.

Houve posteriormente transcrição das entrevistas e leituras exaustivas que possibilitaram a análise do material.

As entrevistas foram realizadas com quatro educadores de acordo com a disponibilidade de cada um, com o auxílio de gravador, sendo um entrevistado no dia 20 e outro no dia 21 de agosto, e dois no dia 26 do mesmo mês, em horários diferentes.

3.1 OS SUJEITOS DA PESQUISA

A escolha dos sujeitos da pesquisa ocorreu pelo tipo de atividade desenvolvida pelos mesmos no NSE Riviera. Assim um dos sujeitos desenvolvia ações ligadas a cidadania, outro a atividade de panificação, um de informática e um de atividades direcionadas⁴⁸. O objetivo dessa escolha era contemplar educadores que realizassem atividades diferentes visando compreender os vários aspectos de seu trabalho.

A partir de agora a referência a esses sujeitos será feita através de pseudônimos.

⁴⁸ Atividades Direcionadas: até 14 anos – música, arte educação, esporte e cultura e cidadania. De 15 à 17 anos – pizzaiolo, panificação, informática, montagem e manutenção de micros e cabeleireiros.

A escolha dos pseudônimos usados para identificar e garantir a confidencialidade de cada um dos educadores, se deu a partir do contato com as obras “Educação como Prática da Liberdade, Pedagogia da Autonomia, Educação e Mudança e Pedagogia da esperança”, todas de autoria de Paulo Freire. Assim, nomeamos o primeiro entrevistado de Autonomia, o segundo de Mudança, o terceiro de Liberdade e o quarto de Esperança, sem que estes nomes tenham identificação direta com a personalidade de cada um deles, mas, pela simbologia que para nós é cheia de sentidos.

Autonomia, 35 anos, casado, está em processo de finalização de sua formação no curso de história. Desenvolve a função de educador social aproximadamente há um ano e três meses. Durante os processos de ida a campo nos deparamos com um trabalhador de perfil indagador, que em suas falas trazia questionamentos de sua própria realidade, e definindo-se como “pessoa que gosta de história” que por razão não pode deixar de contextualizar o que diz no âmbito das relações conjunturais.

Mudança, 23 anos, outro sujeito dessa pesquisa. Tendo o ensino médio completo, estava há 3 anos na Sociedade Santos Mártires, onde iniciou com a função de auxiliar de escritório. Em 2006 recebeu o convite para se juntar ao grupo de educadores do NSE Riviera, devido a sua expressiva criatividade para atividades culturais. Encontrou a possibilidade de conciliar essa nova função de educador ao trabalho que desenvolvia com um grupo teatral em outro espaço, paralelamente. Nos foi possível compreender um trabalhador que mesmo diante de dificuldades, mantém sua capacidade de sonhar.

Liberdade, 24 anos, solteiro, pedagogo. É portador de um sentimento de solidariedade, que o motivou a desenvolver ainda em sua adolescência, ações voluntárias. Segundo seu relato, ao se inserir nesse espaço estava imbuído por sentimentos de ajuda. Com o decorrer do tempo foi convidado a assumir uma

turma de adolescentes e então, passou a trabalhar como educador social de fato. Atualmente ocupa a vaga de assistente técnico desse serviço, e tem como preocupação a melhoria do trabalho em equipe.

Esperança, 54 anos, casado. Foi nosso quarto e último entrevistado. Trabalha na Sociedade Santos Mártires há 17 anos, sendo cinco deles no NSE Riviera. É o único educador morador do bairro, onde o NSE está localizado. Durante todos os processos dessa pesquisa o educador mostrou-se sempre prestativo, nos acolhendo de forma afetuosa e comprometida com a nossa pesquisa.

Encontrar esses sujeitos precedeu uma expectativa e curiosidade. Quando os conhecemos, no momento do convite à participação da pesquisa, tivemos uma gratificante disposição e abertura ao que seria realizado. Percebemos ao longo do processo a generosidade desses sujeitos ao dedicarem parte do seu tempo, e o interesse, através de sua contribuição, em refletir sua prática e as condições para sua realização.

Encontra-se na página seguinte o Quadro III contendo o perfil de cada um desses sujeitos.

Com a intencionalidade de responder aos objetivos desta pesquisa e de fazer a análise dos dados coletados, apontamos a seguir o caminho metodológico percorrido para a construção de sentidos.

Para tanto foi realizada leitura exaustiva dos textos produzidos nas transcrições das entrevistas e das observações registradas no caderno de campo.

Destacaram-se dos textos ocorrências que se repetiam ou mesmo aparecendo isoladamente apontavam a importância para a análise. Assim

subdividindo este capítulo em eixos que resultaram desse esforço de análise. São eles:

- Definição de atribuições e capacitação e formação sobre as ações sócio educativas;
- Comunicação e Coletividade;
- Relação Estado e Organização.

Quadro III – Identificação dos Sujeitos da Pesquisa

Pseudônimos ⇔ Perfil ↓	AUTONOMIA	MUDANÇA	LIBERDADE	ESPERANÇA
Idade	35 anos	23 anos	24 anos	54 anos
Estado Civil	Casado	Solteiro	Solteira	Casada
Mora Próximo ao NSE São José - Riviera?	Não	Não	Não	Não
Escolaridade	Cursando 3º ano - Superior	Ensino Médio Completo	Cursando Superior	Ensino Médio Completo
Curso	História	-	Pedagogia	-
Há quanto tempo é Educador Social?	1 ano e meio	2 anos	3 anos	17 anos
Ano de Contratação na Organização?	2007	2002	2005	2003
Tipo de Contrato de Trabalho	CLT	CLT	CLT	CLT
Carga Horária Semanal	35 horas semanais	40 horas semanais	40 horas semanais	40 horas semanais
Remuneração	R\$ 935,00	R\$ 850,00	R\$ 850,00	R\$ 960,00

3.2 – DEFINIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES E CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO SOBRE AS AÇÕES SÓCIO EDUCATIVAS

O educador social atua na educação não formal com crianças e adolescentes filhos dos trabalhadores advindos das camadas pobres da população. Um dos serviços criados para atender essas crianças e adolescentes são os espaços sócio educativos, para suprir as ausências a que estão submetidos.

...Nesse contexto histórico social se insere o educador social, cuja ação é comparável a uma chave que abre horizontes. (...) Cabe-lhe desenvolver ações que respondam aos anseios dessa população, que se encaminha para a idade adulta com baixos ou inexistentes níveis de escolaridade e sem capacitação específica para o mundo do trabalho, cada vez mais complexo exigente e competitivo. (SERRÃO e BALEEIRO, 1999, p. 24)

O educador social trabalha com ações que têm por base os eixos ou pilares da educação não formal. Assim as atividades sócio-educativas implicam em promover um processo de vivências grupais que podem levar os sujeitos com quem trabalham, a um processo de reflexão e à compreensão de sua condição de ser político, que possui direitos e deveres. Este é o primeiro pilar. O segundo aponta para a busca de desenvolvimento de aptidões e ou de reforço de potencialidades dos educandos para capacitação para o trabalho. O terceiro proporciona experiências de organização coletiva, que visam desenvolver a capacidade de buscar em grupo, soluções para as dificuldades que se apresentam cotidianamente. E o quarto e último, pode contribuir para que o educando apreenda conteúdos da educação formal, não para assumir o papel dessa última, mas para atender as necessidades que se apresentem e possam dificultar o processo da educação não formal.

A partir dessas dimensões é possível perceber que a educação não-formal busca enxergar o indivíduo integralmente. Daí percebê-lo, como parte integrante

de um grupo familiar e comunitário. Volta-se aos interesses e necessidades dos educandos, de forma a contribuir com o seu crescimento pessoal, seu processo de assumir a cidadania. Considera o educando “um ser que pensa, age, sente e traz consigo uma cultura que precisa ser respeitada”. (CARO e GUZZO, 2004, p. 37)

A contratação dos educadores pode se dar devido a habilidades específicas ou experiências e contatos que já tenham tido na área, como também por seu nível educacional.

Levando em consideração as questões apresentadas acima e as discutidas no primeiro capítulo, podemos realizar reflexões buscando compreender as condições de trabalho do educador social.

O educador social tem necessidade de refletir a sua prática, a partir do objeto de seu trabalho, elaborar e planejar a atividade, construindo o possível resultado de sua ação. Só então, poderá realizar o que se apresentou como necessário à transformação da realidade dos sujeitos de sua ação, realidade esta que também é mutável.

Assim é possível pensar que sua prática sempre está em constante mudança, e por isso deve estar sempre pautada por uma reflexão.

O que se realiza através da atuação do educador social não é um produto material, mas imaterial, o que não tira esta atividade do patamar de trabalho, pois seu processo também implica na geração de novos conhecimentos e relações sociais.

Por isso, concordando com as idéias de SAVIANI (2005), pode-se dizer que a atividade que o educador social realiza é trabalho.

Como a educação não formal tem suas especificidades de acordo com o segmento a qual será direcionada, os instrumentos e meios para a realização deste trabalho também serão diferentes para cada um dos grupos.

Por isso, talvez seja necessário além de considerar os eixos ou pilares da ação sócio-educativa definir mais especificamente os instrumentos do trabalhador que é contratado para ser educador social.

Os educadores, sujeitos desta pesquisa, apontaram nas entrevistas, uma ausência de definições de suas atribuições no momento da contratação.

Olha! É... Quando eu vim pra cá eu já peguei o bonde andando.

E quando se pega o bonde andando você tem que chegar e tentar acompanhar. Risos. Não tem outra alternativa.

Então na verdade não foi apresentado um roteiro. Não foi, a gente foi..., tentei na medida do possível por aquilo que eles falaram sobre os temas eixos, e pelo o que já tinha sido trabalhado com jovens, e a partir disso conversando com a outra colega e tentando encaixar com algumas atividades que eu, que na minha cabeça eu acho interessante fui tentando na medida do possível encaixar. (Autonomia)

...quando eu entrei no núcleo a demanda foi apresentada assim: de manhã você auxilia o educador que trabalha com a faixa etária de 9 a 11 anos e a tarde assume a turma de 12 à 14 anos de idade, e ponto. E faz o trabalho em cima da sua experiência. (Mudança)

Autonomia ainda aponta que ao longo do processo descobre coisas que não sabia que eram de sua atribuição:

... é engraçado porque as vezes você se sente totalmente perdido. Inclusive até hoje, eu estou há um ano aqui e tem coisas que eu me deparo e penso: Eu não sabia disso! (Autonomia)

O educador relata que suas atribuições não foram definidas nem especificadas pela equipe técnica, no momento de sua contratação e tão pouco eram esclarecidas com o decorrer dos dias e desenvolvimento de suas atividades. Apenas lhe foi informado os temas-eixos para que desenvolvessem atividades,

conforme a necessidade do grupo e opção do educador. Criava-se então, uma questão para adaptação no decorrer da realização do seu trabalho. Tudo o que hoje é desenvolvido em oficinas/ encontros foi absorvido pelos educadores, por meio de observações e acompanhamento de outras oficinas, através de troca de idéias com colegas. Tais experiências somavam-se com outras experiências e idéias que já possuía, adequando-se conforme a necessidade fosse se apresentando.

Mudança também relata que na sua contratação na organização, suas atribuições não ficaram muito claras. Também verbalizou que foi a partir de observação em atividades de outros educadores que conseguiu instrumentais para dar início ao seu plano de atividades.

Os educadores *Mudança e Liberdade* relataram que realizam atividades diversas de acordo não só com as necessidades dos educandos como também as que a organização apresenta:

(...) têm que dar café da manhã para os meninos e ainda né, olhar quem esta bagunçando, quem não esta bagunçando, quem saiu da sala, quem não saiu né, de vez em quando, eu penso que sou mais uma babá do que educador assim. (risos) (Mudança)

Nós fazemos um pouco de tudo. Precisa de ajuda na secretaria, no refeitório, na cozinha, estamos sempre colaborando. Precisa limpar a quadra vamos fazer um mutirão de educadores e vamos limpar, não tem essa não, como escritório, sou contador e só estou ali na frente da máquina, não. Nós fazemos um pouquinho de tudo, tranqüilo. (Liberdade)

Essas atividades fogem dos pilares apontados no início desta análise, que dão base as ações sócio-educativas.

Percebemos que a fala do educador *Mudança* remete a uma ação avessa a autonomia, pois na situação relatada existe uma ação de tutela, quando poderia ser um momento em que os adolescentes fossem estimulados a se servirem

sozinhos e respeitarem uns aos outros no ambiente. Com a fala “*penso que sou mais uma babá do que educador assim*”, ele talvez esteja manifestando sua insatisfação, como também a compreensão de que este não é o seu papel.

Já *Liberdade*, quando menciona as diversas atividades demonstra não encontrar problemas em desenvolvê-las.

Os relatos acima explicitam o que ROMANS, PETRUS E TRILLA (2003, p. 18) apontam como possível causa de insatisfação dos educadores. Os autores apontam que essas diversas atribuições não ficam claras aos educadores causando confusão e podendo ocasionar a eles a insatisfação ou o declínio em suas ações, o fazendo identificar ilegitimidade na sua admissão. Ainda sobre isso os autores sinalizam que para algumas instituições não é exigido que o educador tenha qualificação ou experiência já que esse exercerá variadas tarefas.

CARO e GUZZO também sinalizam:

A ausência de definição na sua atuação ocasiona uma falta de identidade profissional e dificuldades para visualizar suas ações dentro de um processo de trabalho que responda as necessidades postas pela demanda. (2004, p.60)

Então podemos dizer que as definições das atribuições do educador social se apresentam como condição necessária para o desenvolvimento de seu trabalho.

Do educador social, como de qualquer outro trabalhador desta e de outras áreas, a instituição exige que ele desempenhe sua função com compromisso, responsabilidade e qualidade. No entanto, para qualquer atividade laboral, faz-se necessária a oferta de condições que possibilitem o seu desenvolvimento e realização, como as condições de saúde, segurança, carga horária, remuneração, e principalmente clareza do que venha a ser desenvolvido.

Nesse sentido os educadores apontaram ausência de clareza quanto as suas atribuições, o que enuncia a carência de uma das condições para a realização do trabalho. Porém, também relatam que a Organização Santos Mártires possibilita como uma condição primordial a liberdade para desenvolverem suas ações:

Aqui nós temos liberdade para desenvolver as atividades. O que a entidade pede é que a gente as desenvolva a partir de alguns temas eixos. Por exemplo: ECA, protagonismo, exclusão social, família, sexualidade, drogas, violência, entre outros. A gente tem total liberdade de desenvolver as atividades a partir destes temas eixos. (Autonomia)

Assim o educador pode realizar o trabalho, de uma forma a não submetê-la a uma ordem determinada, mas sendo ele o próprio autor de sua ação.

No entanto, *Autonomia* relatou a necessidade de um tempo maior para realizar o planejamento e a reflexão sobre a prática a partir de seu cotidiano e demandas.

...mensalmente com a coordenação, e todos os três Núcleos, tem um dia em que todo mundo para. A gente não atende ninguém nesse dia, nem criança e nem adolescente, em nenhum dos espaços. Aí nós ficamos fazendo o planejamento com todos os educadores. Tanto da cozinha quanto quem atende diretamente a demanda. (...) Pensando nos três Núcleos acaba sendo pouco. (...) (Autonomia)

O mesmo educador ainda relata que só os educadores que atuam com a faixa etária de 15 a 18 anos, a partir do segundo semestre de 2008 puderam ter mais do que um dia para planejamento das atividades e reuniões.

Teremos uma reunião quinzenal só com os educadores que desenvolvem atividades com a faixa etária de 15 a 18 anos de idade. E mais uma reunião mensal com os educadores desta mesma faixa etária. Teremos também uma reunião com todo mundo, desde as pessoas que trabalham na cozinha, até os educadores que trabalham com a faixa etária de 06 a 09 anos de idade, de 10 a 12 anos e por aí vai. (Autonomia)

Neste sentido podemos perceber que apenas um dia para reunião e planejamento das ações seja pouco diante da demanda com a qual o educador social tem que trabalhar. FREIRE (1996) aponta para a importância da reflexão crítica sobre a prática cotidiana.

O preparo para a prática cotidiana consiste também na reflexão sobre ela, pois: “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência Teórica/ Prática sem a qual a teoria pode vir virando blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 1996, p. 22).

SERRÃO e BALEEIRO (1999) também apontam para a necessidade de haver momentos para que o educador possa se distanciar e realizar essa reflexão, independente de qual seja a origem do educador.

Qualquer que seja a origem deste educador, é preciso que ele se distancie, em alguns momentos, para ser espectador da própria prática e assim percebê-la com um olhar mais crítico e menos emocional. (SERRÃO E BALEEIRO, 1999, p. 25)

Dessa forma, se refletido e avaliado, o próprio momento do lanche, poderia ser proposto como um momento pedagógico para que os educandos exercitassem a autonomia, o convívio, o respeito pelo outro, a solidariedade, servindo-se, servindo e cuidando de colegas, compartilhando a refeição.

Outra condição necessária para a atuação relatada por um dos educadores foi a capacitação.

Eu acho que a prioridade é o educador ser formado e consciente daquilo que ele vai assumir. Acho que ele tem que entender um pouco o que é um educador social, é prioridade. Capacitação. (Esperança)

Mudança, que foi contratado como educador devido sua habilidade na área da arte e cultura, e *Liberdade*, que possui habilidades na área de informática e que

já atuava na Organização como voluntário, relatam que se depararam com uma nova situação ao serem contratados como educadores sociais:

... foi como um novo desafio, porque fora daqui eu tenho grupo de teatro com o qual eu já exerço essa função de educador, que é educador cultural. Aí vim pra cá pensando que poderia ser parecido. Quando cheguei não era por aí, mas logo me adaptei. Logo vi que eles já tinham horizonte, que daria para fazer alguma coisa. E estamos tocando. (Mudança)

... queria mesmo ficar para ajudar e aí acabei entrando nas aulas de informática, sabia que ia dar aulas de informática, lá onde eu estava era isso e ponto. Aí vim pra cá e disseram: é parecido com o que você faz aí. Não tinha nada parecido. Tudo bem, tinha uma sala lá de informática, mas eu tinha que fazer várias outras coisas, porque no espaço que eu estava era informática e ponto. (Liberdade)

Os relatos acima apontam para a necessidade de formação e capacitação, citadas por *Esperança* como condições necessárias para a realização do seu trabalho, pois apesar da contratação se dar através do contato com a área social e habilidades dos educadores, ainda se faz necessário uma formação ou capacitação que os introduzam no campo das ações sócio educativas.

Momentos que possibilitem a promoção da capacitação e reflexão da prática aparecem nas falas dos educadores como indispensáveis para o desenvolvimento do trabalho sócio educativo.

Tais colocações levam a entender que as condições de trabalho do educador social, além das questões de subsistência para manter a sua condição de vida e das estruturas materiais como condições necessárias para desenvolver seu trabalho, perpassam também a questão da formação/capacitação desse profissional. Nesse sentido, condições de trabalho compreendem não só meios materiais, mas também a definição mais clara de suas atribuições, e a formação e capacitação contínua como preparo necessário para à prática cotidiana.

Os educadores apontaram ter algumas condições físicas para realizarem suas ações.

A questão de estrutura é muito bacana. É um espaço que nos oferece várias outras salas, (...) recursos didáticos, tanto os áudio visuais que são, estão disponíveis para que nós possamos utilizar, e a entidade incentiva utilizá-los e, por exemplo, se há uma quebra ou um dano a algum material, a gente pede o retorno imediato, para que não prejudique as nossas atividades e neste sentido a instituição de certa maneira, na medida do possível consegue arcar com isso, consegue resolver esse problema num tempo curto. E também os materiais didáticos, tais como papel, caneta, argila, de tudo isso é disponibilizado para nós educadores, de certa maneira em abundância, tanto na questão de jogos, né, que temos aí disponível e quanto a esta questão do áudio visual também. (Autonomia)

...o que eu encontro aqui hoje é: uma quadra poli esportiva, uma quadra de areia, não é qualquer núcleo que tem uma. Uma sala razoavelmente grande..., acredito que o espaço né. Temos a sala de informática que também podemos usar, temos uma padaria, acredito que é isso. Estrutura física. (Mudança)

...eu tenho o básico, não é aquela coisa de primeiro mundo. Eu tenho o espaço físico, tenho os utensílios, tenho o espaço montado pra oficina que eu propus a assumir. Eu me formei em panificação técnica e um básico em confeitaria. Não é uma coisa de primeiro mundo, mas o básico eu tenho para trabalhar. (Esperança)

Porém Mudança relatou a carência de alguns recursos físicos. Verbalizou também que quando se trata de uma atividade mais elaborada ou sofisticada os materiais fornecidos ainda são escassos e que essa carência de recursos pedagógicos e materiais se dá devido à escassez de recursos financeiros.

as luzes tem um ano e pouco que eu peço pra colocar e por falta de recursos não coloca. Aí depois descobri que a fiação está errada, que não tem como colocar a lâmpada, então essa é uma das condições. Outra é que eu peço materiais pro trabalho, diferente do normal dos outros educadores que, escolhem um pouco de cartolina e outros. Eu estou pedindo itens chineses, objeto da cultura indiana. Isso não vem. Não chega por que às vezes não encontram ou até mesmo eu penso num valor, e na verdade tem outro valor estipulado pra ser gasto. (Mudança)

Eu não sei o quanto eu posso gastar de material pedagógico. Eu faço um projeto e esse projeto tem uma relação

de materiais, se eles vão chegar ou não, depende da aprovação do pessoal da gestão. (Mudança)

O mesmo educador relata que o material pedagógico auxilia na elaboração das atividades, que tem que ser diversas devido o tempo extenso pelo qual acompanha os adolescentes no dia:

...eu penso que às vezes eu sonho demais, eu to com esses meninos pelo menos no período da manhã, quase 5 horas diárias. Então eu tenho que sonhar, eu tenho que trazer uma diversidade muito grande de atividades para eles. Mas quando chega na gestão, não sei se não é comprado porque não é bem visto ou porque não tem recursos mesmo. Empaca. Às vezes tenho que efetuar o trabalho de qualquer maneira. (Mudança)

O mesmo educador ainda menciona que quando não têm algum material pedagógico relacionado à atividade que desenvolve, para atingir os objetivos sócio educativos solicita doação de materiais à algum amigo.

...eu trabalho muito com cultura, então eu tenho que espalhá-la por todos os quatro eixos,... Quando eu não consigo aqui alguma coisa, por exemplo, eu tento com algum amigo uma doação. (Mudança)

A fala do educador Mudança aponta não só para a ausência de uma condição de trabalho como talvez também possa sinalizar para a ausência de diálogo entre a gestão e educador, quanto ao planejamento das atividades relacionado aos recursos financeiros destinados aos materiais pedagógicos.

3.3 - COMUNICAÇÃO E COLETIVIDADE

Algo que foi evidenciado na pesquisa pelos educadores é a questão da ausência do sentido de coletividade e comunicação entre a equipe de trabalho.

O educador social é um trabalhador que desenvolve ações para a promoção de processos de vivências grupais com educandos para que os

adolescentes reflitam sobre questões de cidadania. Como também a promoção de experiências de organização coletiva.

Apesar de desenvolver atividades a partir dos pilares referenciados acima, os educadores relatam a dificuldade de comunicação da equipe. E a dificuldade do grupo de educadores em atuar em coletivo com fins de buscar soluções para as dificuldades que se apresentam quanto a seus processos de trabalho.

Dois educadores apresentaram em seus relatos, quando se referenciam a colocação de opiniões e questionamentos dos educadores no momento das reuniões, a manifestação de poucos educadores:

... existe muita conversa informal, na hora do almoço, um comenta ali, outro comenta aqui, depois vai na reunião mesmo que a gente tem oportunidade de falar e só um fala ou dois, e fica nisso né, não tem força. Falta cumplicidade. (Mudança)

Poucos educadores se expõem, falam, deixam clara a sua opinião. Eu acho que toda pessoa tem que em determinado momento se expressar. Digamos tomar partido. Não dá pra você se ausentar de uma discussão que te envolve. Aí nesse sentido o que acaba acontecendo é o fato informal. (...) o questionamento informal não atinge nada (Autonomia)

Os educadores expressaram dessa forma, que as situações que se apresentam como problemas não são resolvidas, pois ficam no plano da informalidade. Talvez essa ausência de posicionamento enfraqueça o coletivo.

Mudança faz ainda referência sobre a ausência de dialogo e de uma troca de experiência entre os educadores.

Eu acredito que acima da estrutura física, tem que ter uma cumplicidade entre os que trabalham junto. E isso às vezes eu não encontro, uma cumplicidade porque eu atuo na área de 12 à 14 anos, uma faixa etária que o educador tem aversão... Eu acredito que além da estrutura física deveria ter uma cumplicidade, uma troca de experiência entre os educadores e por enquanto não existe. (Mudança)

O educador apontou em seu relato que considera a troca de experiências entre os educadores um instrumento de trabalho mais importante do que as condições materiais para realizar as ações sócio educativas.

Algo chama atenção e reforça a idéia de uma possível ausência de mobilização do grupo de educadores do NSE Riviera como força coletiva.

Em seus relatos expressam não conhecerem o SITRAEMFA, sindicato representante da categoria dos trabalhadores da rede conveniada.

Eles verbalizaram que o conhecem superficialmente. A fala de um dos educadores explicita o nível de conhecimento dos educadores a respeito do sindicato:

Eu não conheço muito, mas inclusive eu me filiei, porque eu acho importante que todo trabalhador se filiasse. Embora o Sindicato às vezes não represente os nossos anseios Mas é importante estar inserido no sindicato. Eu pessoalmente não conheço muito, não conheço praticamente nada sobre este SITRAEMFA. Sei que existe, mas... (Autonomia)

Aqui não se busca legitimar este espaço, pois como a pesquisa nos referenciais do próprio sindicato, e a fala do educador evidencia, o SITRAEMFA ainda está mais voltado aos profissionais da Fundação Casa, até por que sua origem se deve a antigos funcionários da antiga FEBEM – Fundação de Bem Estar do Menor.

Mesmo filiado, o educador apresenta não ter informações precisas a respeito e não ter acessado a Convenção que apresenta algumas garantias a categoria como a que diz respeito a liberdade de organização.

As entidades deverão liberar do ponto, pelo menos 1 (um) trabalhador de cada núcleo / equipamento, mediante solicitação do Sindicato, para participar de eventos que este venha promover, tais como: congressos, seminários, simpósios, assembleias e reuniões de representantes, assim como deverão liberar

dirigentes sindicais, inclusive de base, sempre que solicitado pelo Presidente ou Tesoureiro do sindicato com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. (SITRAEMFA, 2008/2009, Clausula 35ª)

O que se pretende apontar nesta análise é que como cita FREIRE (1996) a luta por melhores condições de trabalho é uma exigência da prática educativa. Então se existe um sindicato que representa o educador social e delibera sobre as relações empregatícias entre a Organização contratante e o educador, como também sobre os direitos e deveres, cabe como responsabilidade do educador com a categoria e consigo mesmo ao menos se apropriar da convenção e funcionamento do sindicato que o representa. É de seu próprio interesse.

Apesar de sua prática estar voltada ao fortalecimento do coletivo e promoção da participação cidadã e política, além de sua prática ser ideológica, quando foram indagados sobre a sua organização para reivindicação ou reflexão quanto as suas condições de trabalho os educadores verbalizaram não haver nenhuma mobilização neste sentido, como também não conhecer ou terem pouco contato com o sindicato representante da categoria dos trabalhadores da área social.

FREIRE (1996, p. 66) aponta para a importância desse compromisso com a luta em favor de seus direitos e de sua dignidade, como um momento relevante de sua prática enquanto educador e no seu exercício ético. Ele ainda explicita que o educador deve enxergar-se, olhar para si.

3.4 – RELAÇÃO ESTADO E ORGANIZAÇÃO

Para responder às manifestações por condições de vida e trabalho, o Estado desde o final do século XIX e do início do século XX, vem respondendo a

direitos sociais. As políticas sociais são a forma de implementar estes direitos. No entanto, a assistência social, especialmente no Brasil, tem sido realizada em ações do Estado, mas historicamente tem contado com a ação de instituições ligadas às igrejas, à filantropia e a caridade.

A intrínseca ligação da assistência social com a filantropia dá aos serviços sócio-assistenciais o caráter de solidariedade, caridade e ajuda. O que é evidenciado por IAMAMOTO (2006) na gênese do Serviço Social.

O Estado apoiava “entidades” filantrópicas desde 1935 com a lei Federal nº 091/35. A Assistência Social só foi reconhecida como direito social a partir de 1988, com a Constituição Federal.

Este foi um grande avanço. No entanto, só em 1993 foi regulamentada como Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e apenas em 2003 foi concretizado o documento SUAS que deu materialidade à LOAS.

Podemos considerar então estes avanços são bastante recentes e precisam ser melhor solidificados, pois há que haver ainda a readequação dos serviços e políticas, o que acreditamos acontecerá gradativamente.

São estabelecidos padrões de serviços, que devem ser difundidos e assimilados, progressivamente, nas ações de assistência social, sob diversos aspectos: os eixos de atuação, a nomenclatura dos equipamentos, a qualidade dos atendimentos, os indicadores e avaliação de resultados. (BRASÍLIA, 2007, p. 09)

No entanto, consideramos que para essa solidificação ocorrer tem que haver vontade política por parte da gestão de governo. Pois muitas vezes as políticas de Estado são desconsideradas pelos administradores públicos em

função das políticas de governo e interesses de grupos políticos. Com isso os serviços sócio assistenciais são atingidos em sua estruturas, prejudicados em relação as condições de trabalho e conseqüentemente no atendimento a demanda.

Os educadores *Autonomia* e *Mudança* verbalizam acreditar que a atual situação de vulnerabilidade das condições de trabalho no espaço onde atuam é reflexo da política de Governo que reduz o Estado de direitos.

...o problema maior é que o cerco vai se fechando, e cada vez mais derrepente vão fazendo mudanças na lei e em vez de ampliar vão diminuindo direitos. (Autonomia)

E eu acho que a gente tem que oferecer condições para realmente pra mudar a vida deste adolescente, pra mudar a vida da pessoa. O Estado que deveria assumir as tarefas que são suas. Ou já que não assume, pague bem pra que outra instituição assuma. (Autonomia)

O coordenador do serviço sócio educativo no qual se realizou esta pesquisa nos informou que a organização Sociedade Santos Mártires assumiu como se fosse um só convênio do NSE Riviera, outros dois espaços no início do ano 2007. Devido o fechamento de outro serviço que atendia as faixas etárias de 15 a 18 anos de idade.

O conhecimento desse fato nos fez refletir no sentido de que a realização do trabalho sócio educativo nesses espaços pode ter sofrido prejuízo, devido a uma sobrecarga das condições reais de resposta a demanda.

O coordenador do NSE Riviera se dividia entre a responsabilidade de três Núcleos Sócio Educativos ao mesmo tempo. Isso pode ter refletido negativamente nas condições de trabalho apresentadas pelos educadores no momento da pesquisa.

... as condições também dependem muito mais do poder público. Porque se o poder público não dá recursos suficientes para custear as despesas a gente acaba falhando um pouco mais.

Os recursos que o Governo repassa é muito pouco pelo que a gente acaba desenvolvendo. (Autonomia)

não poderia por exemplo os educadores aqui serem multifuncional, pau pra toda obra. Poderia ter um apoio melhor da prefeitura, não precisava sucatear nossa Instituição para manter o convênio. Isso que me deixa insatisfeito. (Mudança)

No Município de São Paulo não existem serviços como estes, operados somente em âmbito estatal. Sua implementação ocorre a partir de um contrato firmado entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e Organizações da Sociedade Civil. Esta relação de parceria, realizada mediante convênio, é prevista no PLASP/SP⁴⁹, instrumento em que são definidas as responsabilidades de cada uma das partes.

A Política da Assistência Social para os espaços sócio educativos, com a nova portaria, apresentou um avanço no que se diz respeito ao apoio pedagógico e assessoria, pois foi acrescentado no quadro de recursos humanos dos serviços sócio educativos um assistente técnico.

O novo contrato de parceria que reconheceu os espaços NSE Kagohara, NSE Ranieri e NSE Riviera, como independentes, inclusive financeiramente, a princípio poderia ser considerado um progresso. No entanto, devido as novas regulamentações da portaria 28 em relação ao aumento do número de demanda ao número de educadores para atendê-la, houve uma redução de cinco educadores.

Apesar de nenhum dos pesquisados terem sido dispensados foi possível perceber que no momento em que se realizava a pesquisa e o convenio não havia sido editado ainda, os educadores estavam passando por uma situação e sentimento de insegurança quanto sua estabilidade empregatícia.

⁴⁹ Plano da Assistência Social do Município de São Paulo

Nesta última portaria fizeram o aditamento do convênio do Serviço com a prefeitura até o mês de outubro e depois alguns educadores não vão mais estar no espaço. Aumenta a demanda e diminui o número de funcionários. Eu não consigo compreender isso! Então uma condição desfavorável é a questão do salário e dessas mudanças de legislação que acabam mudando e acabam diminuindo cada vez mais o quadro de funcionários. (Autonomia)

Com isso, acreditamos que os últimos acontecimentos se relacionam mais a uma política de Governo, que muda a cada administração, fato decorrente do histórico de existência destes espaços. Em vez de resultados de uma política de Estado, que implica em leis que garantem direitos. Isso pode indicar uma ação reducionista do Estado por parte da proposta de administrações do atual Governo do município de São Paulo.

A Política Nacional de Assistência Social reconhece que a qualidade dos serviços prestados à população depende de como são tratados seus recursos humanos e prevê as dificuldades em manter a qualidade desses serviços colocados pelos contratos de convênio e parceria estabelecidos entre Poder Público e Organizações.

Os recursos humanos das políticas e serviços sociais são pouco discutidos e é complexo trabalhar esta questão em um contexto reducionista do Estado em que a responsabilidade é transferida para a sociedade civil, fazendo com que a política fique vulnerável, pois com essa transferência acontece o reducionismo estatal e a deteriorização das condições dos recursos humanos, financeiros, físicos e materiais. (BRASIL, PNAS, 2004, pág. 47)

Baseados nos apontamentos acima citados é possível perceber que as responsabilidades por parte tanto da Organização estatal quanto da Organização executora do serviço dificilmente serão cumpridas. Isso afeta diretamente os trabalhadores dos serviços sociais, dentre os quais se encontra o educador social.

Sendo ele um trabalhador, necessita de recursos para reproduzir sua força de trabalho, e de retaguarda e suporte material para o exercício de sua função. “É do rendimento do trabalhador isto é, do seu salário, que depende, portanto, a

satisfação das necessidades básicas do produtor direto e de sua família, tais como: alimentação, saúde, educação, habitação, lazer etc” (IAMAMOTO, 2006, p. 98).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) artigo XXIII diz que:

... toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. ... Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário a outros meios de proteção social. (CRESS SP, 2006 p. 433)

O educador social, como outras funções e ocupações presentes na área social, faz parte do quadro de recursos humanos das organizações. No entanto a questão destes trabalhadores dentro do contexto trabalho é pouco discutida, o que fere a Declaração dos Direitos Humanos.

“O tema recursos humanos não tem sido matéria prioritária de debate e formulações, a despeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho e do encolhimento do Estado, implicando precarização das condições de trabalho e do atendimento à população.” (BRASIL, PNAS, 2004, pág. 46)

O Decreto Nº 43.698, de setembro de 2003 que regulamenta a Lei Nº 13.153, 22 de Junho de 2001 (PLAS/SP, 2003), em seu “Art. 20. Inciso XIV coloca como uma das responsabilidades da Secretaria Municipal de Assistência Social *“garantir a qualificação dos recursos humanos que operam os serviços ou projetos em parceria”*

O Art. 22. Inciso II c), deste mesmo decreto, dispõe como uma das responsabilidades das associações e organizações conveniadas: *“[...] garantir padrão de qualidade das ações e promover a implantação das sugestões de alteração ou complementação das ações, apresentadas pela Supervisão Técnica, pelos usuários e pela comunidade”*.

É interessante perceber que a responsabilidade pela qualidade dos serviços fica a cargo somente da Organização Não Governamental, enquanto a qualificação dos trabalhadores destes equipamentos fica sob responsabilidade da estância Estatal.

Cabe aqui fazer uma reflexão quanto às reais condições que cada uma das partes tem para cumprir com estes compromissos.

Segundo MONTAÑO (2002, p. 3 e 5), o Estado, na condição de falência em que se encontra não poderá destinar às políticas públicas e serviços assistenciais significativos financiamentos, mas moderados recursos para cobrir focalmente algumas carências. O autor também aponta que as parcerias entre o Estado e as organizações do terceiro setor, se baseiam na redução de gastos por parte do primeiro e na sua desvinculação da responsabilidade pelas políticas sociais universais, de qualidade e contínuas.

No repasse de recursos financeiros o Estado destina aos serviços de assistência social o suficiente para atender as mínimas necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As pesquisadoras com a reflexão já realizada, chegaram a concepção de que pode se tratar de um pensamento que incide em políticas frágeis financeiramente para a população fragilizada economicamente.

Acreditamos assim que a execução das ações de Estado e das responsabilidades das Organizações prestadoras dos serviços dificilmente serão cumpridas, ocorrendo assim uma perda ou fragilidade de condições de trabalho do educador social, o que conseqüentemente afetará a qualidade dos serviços prestados a demanda atendida.

Finalizamos citando uma das falas do educador *Liberdade*, que expressa uma das indagações dos educadores sociais que atuam neste contexto de ausências e preenchimentos.

Eu acho que vale a pena. É muito importante ter essa clareza. Vale a pena ser educador social? A gente entra mais cedo, sai mais tarde, não tem hora de almoço para conseguir dar conta mesmo, para conseguir atender realmente as crianças e adolescentes com qualidade e aí graças a Deus ter muita clareza disso e se esforçar para que aconteça. Mas tem muitas reclamações, ah eu não vou ganhar extra, tem muito esse tipo de coisa. Eu acho que aqui dentro nós temos muita clareza do que é o educador social. Não é aquela pessoa que bate cartão. (Liberdade)

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES

A aproximação do referencial teórico, da realidade da Zona Sul do Município de São Paulo, dos sujeitos que generosamente abriram suas experiências para esta reflexão, e da Organização possibilitou a construção de eixos de análise e novas questões a serem discutidas.

Ao iniciar esta pesquisa, buscávamos compreender as condições de trabalho do educador social que atua no núcleo sócio educativo Riviera e saber qual a sua influência no desenvolvimento do trabalho sócio-educativo.

Para isso procuramos percorrer um caminho que nos levasse a conhecer quais eram as demandas de trabalho e atribuições destes educadores colocadas pela Organização contratante e as condições oferecidas, a partir da visão destes trabalhadores.

Para possibilitar o alcance dos nossos objetivos nos aproximamos de um referencial teórico que trata do mundo do trabalho, como também sobre educador social e a educação não formal. Aproximarmo-nos da compreensão sobre os convênios de parcerias entre Estado e Organizações Sociais. Para dar conta de nossos objetivos ainda se fez necessário mergulhar no contexto histórico e político da existência dos núcleos sócio educativos e nos aproximarmos das referências sobre as práticas sócio assistenciais e de referências sobre a relação entre as Organizações, Instituições e Estado, o que de fato nos foi de grande valia.

Perseguir esses caminhos nos trouxe várias questões e reflexões que contribuíram para estas considerações, que serão detalhadas a seguir.

Em relação às demandas de trabalho atribuídas aos educadores pela Organização, podemos compreender através da visão dos sujeitos da pesquisa, quase uma queixa em relação à ausência de uma definição mais clara sobre suas atribuições, desde a sua contratação até o decorrer do desenvolvimento de seu

trabalho.

Consideramos a partir dessa pesquisa que uma definição mais específica das atribuições do educador social se apresenta como uma condição de trabalho importante para a realização do mesmo. Devido talvez a variedade de funções que são remetidas aos educadores, esta diversidade implica que o educador desenvolva ações que sejam não só as sócio educativas.

Acreditamos que a realização de funções diversas pode revelar que foram contratados para desempenhar todo e qualquer tipo de serviço. No entanto, sobre esse aspecto percebemos que as opiniões não são iguais. Varia entre aqueles que acreditam que na área social essas atribuições diversas são naturais, e os que crêem que, a situação de “sucateamento” da instituição gera funções múltiplas aos educadores sociais e se mostram insatisfeitos com a situação.

Além da realização de atividades sócio educativas, que mesmo baseadas nos pilares da educação não-formal ainda carecem de mais nitidez, e da elaboração de planejamento e execução da atividade, aos educadores é solicitado que realizem diversas ações. A insatisfação manifestada por alguns dos sujeitos pode estar relacionada ao fato de que desempenham tarefas distintas das ações sócio educativas, que vão desde carregar alguns pesos, mesa, cadeira, ajudar na secretaria, no refeitório, na cozinha, até limpar a quadra por meio de mutirão de educadores. E essas atividades não são segundo eles especificadas como suas atribuições no momento da contratação.

Em relação aos apontamentos citados nos dois últimos parágrafos, acreditamos que a situação de realização de diversas funções pode levá-los a pensar que foram contratados para desempenhar todo e qualquer tipo de serviço. No entanto, sobre esse aspecto percebemos que há duas opiniões a respeito. Variando entre aqueles que acreditam que na área social essas atribuições

diversas são naturais, e os outros que crêem que a situação de “sucateamento” da instituição gera funções múltiplas aos educadores sociais e se mostram insatisfeitos com a situação.

O processo da pesquisa possibilitou compreender que os educadores apontam ter condições mínimas para realizarem ações básicas. Porém, quando se trata de uma atividade mais elaborada ou sofisticada, os materiais fornecidos ainda são escassos e que essa carência de recursos pedagógicos e materiais resultam da escassez de recursos financeiros.

A formação, capacitação, planejamento e trabalho em equipe foram apontados pelos educadores como condições necessárias à realização da prática sócio-educativa e que se faz necessário sistematizar mais momentos do que os já disponibilizados. É necessário que sejam promovidos processos de reflexão quanto à prática para o planejamento e fortalecimento do trabalho desenvolvido pelo educador e pela equipe nos espaços sócio-educativos.

Percebemos também que, os educadores acreditam no trabalho a ser desenvolvido por eles e que alguns buscam refletir, mesmo que isoladamente sobre suas práticas. Questiona-as a fim de perceber se suas ações e da equipe são de caráter paternalista ou emancipador. Porém, torna-se necessária a capacitação continuada para a manutenção dessa reflexão e para o surgimento de novas propostas, no sentido de ampliar a capacidade de atuação e resolução desses sujeitos.

Em relação à Política da Assistência Social para os espaços sócio educativos, com a portaria 28, houve um avanço no que se diz respeito ao apoio pedagógico e assessoria. Foi acrescentado no quadro de recursos humanos dos serviços sócio educativos, um assistente técnico.

Depoimento do coordenador do serviço sócio educativo, trouxe percepções quanto a uma sobrecarga das condições reais para resposta à demanda. A organização Sociedade Santos Mártires assumiu como se fosse um só convênio do NSE Riviera, outros dois espaços no início do ano 2007, motivado pelo fechamento de outro espaço que atendia as faixas etárias de 15 a 18 anos de idade. Devido o novo contrato de parceria que reconheceu os três espaços mencionados acima como independentes, inclusive financeiramente, a princípio, poderia ser considerado um progresso. No entanto, devido às novas regulações da Portaria 28 da SMADS, estabelecendo o aumento do número da demanda em relação ao número de educadores para atendê-la, houve uma redução de cinco educadores.

Apesar de nenhum dos pesquisados ter sido dispensado foi possível perceber que os educadores estavam passando por uma situação e sentimento de insegurança quanto sua estabilidade empregatícia.

O conhecimento desse fato nos fez refletir no sentido de que a realização do trabalho sócio educativo nesses espaços pode ter sofrido prejuízo. Podem ter perdido alguma qualidade e refletido negativamente nas condições de trabalho apresentadas pelos educadores no momento da pesquisa. O coordenador do NSE Riviera passou a se dividir entre a responsabilidade de coordenar três núcleos sócio-educativos ao mesmo tempo.

Com isso, acreditamos que os últimos acontecimentos se relacionam mais a uma política de Governo, que muda a cada administração, fato decorrente do histórico de existência destes espaços, ao invés de resultados de uma política de Estado, que implica em leis que garantem direitos. Isso pode indicar uma ação reducionista do Estado por parte da proposta de Administrações do atual Governo do município de São Paulo.

No repasse de recursos financeiros o Estado destina aos serviços de assistência social o suficiente para atender as mínimas necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As pesquisadoras chegaram à reflexão de que pode se tratar de um pensamento que incide em políticas frágeis financeiramente para a população fragilizada economicamente.

Acreditamos assim, que a execução das ações de Estado e das responsabilidades das organizações prestadoras dos serviços poderão ter sérias dificuldades em ser cumpridas, ocorrendo assim uma perda de condições de trabalho do educador social e conseqüentemente a queda da qualidade dos serviços prestados a crianças e adolescentes pobres da zona sul do município de São Paulo.

Ao fim da pesquisa é possível considerar que os objetivos propostos pelas pesquisadoras foram alcançados.

Contudo, os educadores sociais do núcleo sócio educativo Riviera não possuem todas as condições de trabalho necessárias ao desenvolvimento do trabalho sócio educativo. Existem porém, a preocupação em relação as carências apresentadas, tanto por parte da Organização quanto dos educadores .

Esta pesquisa, para além de objetivar compreender as condições de trabalho dos educadores sociais do NSE Riviera, vem propor algumas alternativas que talvez possam ser usadas pela Organização para o enfrentamento das dificuldades apresentadas, podendo culminar em maior qualidade nas condições de trabalho do educador social e conseqüentemente na qualidade dos serviços desenvolvidos por eles junto à demanda.

Sobre a carência de comunicação entre a equipe de trabalho, como sugestão retificamos uma das idéias dadas por um dos educadores de que os

murais existentes no espaço fossem otimizados para a troca de informações entre os trabalhadores.

Quando apontamos para a situação da ausência de momentos de planejamento, capacitação e formação, estamos cientes de que o instrumento de regulação de parceria na política de Assistência Social do Município de São Paulo, que também dispõe sobre o funcionamento dos serviços sócio educativos, não possibilita mais que um dia para a realização das necessidades referidas acima. No entanto, trazemos como proposta, que a mesma estratégia que a Organização viabilizou para o planejamento e reuniões dos educadores que atuam com a faixa etária de 15 á 18 anos de idade, também seja estendida para os outros educadores.

Mas essa poderia ser uma alternativa frente a uma necessidade que se apresenta emergente. Também temos ciência de que a Organização Santos Mártires é reconhecida pelo seu histórico de atuação na via de reivindicação pela efetivação de direitos e mobilização popular em torno das causas sociais. Por isso acreditamos que já desenvolva ações de enfrentamento as situações precárias que se apresentam nos serviços e de diálogo com o poder público.

Mas, no entanto, para que estas ações culminem em resultados positivos é preciso que os educadores se envolvam nessa trajetória de forma mais direta, exercendo seu papel na reivindicação por melhores condições de trabalho. Como também, que se organizem e passem a se enxergarem enquanto coletivo, somando forças com trabalhadores sociais de outros espaços sócio educativos.

A organização e educadores podem construir esse caminho juntos. Por exemplo, promovendo seminários e reuniões com os outros atores de espaços sócio educativos visando o fortalecimento de um coletivo que poderá agregar forças para o enfrentamento às políticas de governo que se apresentarem como

dificultadoras do desenvolvimento do trabalho.

Foi-nos satisfatório perceber que apesar das dificuldades, encontramos pelos sujeitos da pesquisa como também pela Organização Sociedade Santos Mártires, representada pelo Coordenador do NSE Riviera, o compromisso com o trabalho sócio educativo e com as crianças e adolescentes atendidos pelo serviço. Não só pela disponibilidade em se abrirem para a reflexão quanto ao trabalho desenvolvido por eles nesse espaço, mas também pelo grau de seriedade e respeito com que trouxeram as suas opiniões e relataram fatos e acontecimentos do cotidiano.

Contudo, muitos aspectos desta pesquisa não puderam ser apreendidos na análise e considerações. Cabe aos interessados, o aprofundamento sobre as condições de trabalho do educador social para percorrer alguns caminhos que aqui não foram possíveis. Seria interessante observar a relação educador/educando, na construção de instrumentos que se mostram como condições favoráveis ao desenvolvimento das ações sócio educativas. Refletir mais aprofundadamente quanto a relação da política de Governo e avanço das Políticas de Estado com as causas das condições desfavoráveis para a realização da educação não-formal. Finalmente, observar a funcionalidade dessas ações dentro do conflito entre capital e trabalho.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAMOVAY, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. “*Violência e Vulnerabilidade Social*”. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). ***Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro de La Comunidad IberoAmericana***. Madri: Comunica. 2003.

ALMEIDA, Ana Maria Freire da Palma Marques; ALMEIDA FILHO, Aristides Ribeiro de e LEME, Sebastião de Souza. ***Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Filosofia da Educação***. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2003.

ANTUNES, Ricardo. ***Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho***. 5ª. ed. - São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. ***Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho***. 5ª Ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

_____. ***O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho***. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. ***História da Educação***. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. ***Política Nacional de Assistência Social***. Brasília, 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **LOAS: lei orgânica da assistência social: legislação complementar.** Brasília, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

Brasil, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.** Brasília, 2007.

CARO, Sueli Maria Pessagno e GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Educação Social e Psicologia.** – São Paulo: Alínea, 2004.

Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, CRESS SP 9ª Região (Diretoria provisória). **Legislação Brasileira para o Serviço Social.** 2ª. Ed. São Paulo, 2006.

COSTA. Márcia de Assis. **Reestruturação Produtiva e Serviço Social – Transformações da prática profissional nas empresas / Márcia de Assis Costa;** orientação Raquel Raichelis Degenszajn. Dissertação de Mestrado – PUC. São Paulo: s/n, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** 4º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FORONI. Yvone Mello D'Alessio Foroni. Exclusão e Programas Sócio-Educativos. **Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Usp, 2006.

FRITSCH, Rosangela e ROCHA, Cleonice Silveira da. Qualidade de vida no trabalho e ergonomia: conceitos e práticas complementares. **Revista Serviço Social e Sociedade nº. 69**, São Paulo, Cortez, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor**. 3º ed. São Paulo, Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19ª. ed. - São Paulo: Cortez; [Lima, Peru] : CELATS, 2006.

KAUFMANN, Josef Nicolas. Turbulência no mundo do trabalho: Quais são as perspectivas?. **Revista Serviço Social e Sociedade nº. 69**, São Paulo, Cortez, 2002.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Evelcy Monteiro. Diálogos e Fronteiras: Pedagogia Social, Educação Não-Formal e Educação Sócio-comunitária. **II Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2008.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 1ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 25º Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

MONTAÑO, P. **Políticas Sociais Estatais e “Terceiro Setor”**: O Projeto Neoliberal para a atual resposta à “Questão Social”. I Colóquio Brasil/Uruguai: "Questão urbana, políticas sociais e Serviço Social". Escola de Serviço Social - UFRJ. Rio de Janeiro, 11-12 Abril 2002.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Organizações Não Governamentais e o Trabalho do Assistente Social. In Capacitação em Serviço Social e Política Social Módulo 2: **Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social**. CFESS/ ABEPSS/ CEAD/ UnB 2000. Pág 193 à 202.

PESSOA, Marcos Aurélio, ABREU, Renata Moraes e BRINO, Thereza. **ONG: Tendências e Necessidades 2**. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. São Paulo, 1998.

REZENDE, Tomaz de Aquino. **Roteiro do terceiro setor**. Associações e fundações: o que são, como instituir, administrar e prestar contas. 3º Ed. – Belo Horizonte: Prax, 2006.

RYYNÄNEN, Sanna. A práxis da Pedagogia Social no contexto brasileiro. II **Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2008.

São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência Social. **Instrumentos de Regulação de Parceria na Política de Assistência Social**. São Paulo, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 9ª Ed. - Campinas. Autores associados, 2005.

SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a Ser e a Conviver**. São Paulo: Fundação Odebrecht, 1999.

SILVA, Gerson Heidrich da. **A construção de identidade do educador social na sua prática cotidiana : a pluralidade de um sujeito singular** / Gerson Heidrich da Silva ; orientação Marta Kohl de Oliveira. Dissertação de mestrado- FEUSP. São Paulo : s.n., 2008.

SILVA, Roberto da. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social no Brasil. **Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2006**, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 – RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO E ENTRADA EM CAMPO

Organização: Sociedade Santos Mártires – Centro São José – NSE Riviera

Serviço: Núcleo sócio educativo Riviera

Endereço: Estrada da Riviera,

Realização da visita: 12 de dezembro de 2007.

Foi realizado contato pelas pesquisadoras no dia 06 de dezembro de 2007, com a coordenadora do serviço, Regina Santos Viana, que propôs que a realização da visita acontecesse no dia doze do mesmo mês às 09:00 horas.

Foi enviado via endereço eletrônico uma síntese da justificativa do projeto de pesquisa.

No dia e horário marcado uma das pesquisadoras, devido a contratempos não pode chegar no horário marcado.

A Sra. Regina explicou a ausência do outro coordenador do serviço e devido ela ter outros compromissos agendados para este dia, solicitou iniciar a conversa com a pesquisadora presente.

Esta explicou a Sra. Regina a temática do projeto de Pesquisa, a justificativa e a intenção das acadêmicas, enquanto aguardava a chegada da outra integrante da dupla de pesquisa.

A Sra. Regina colocou que não encontra nem produções científicas, nem pessoas que abordem a importância do trabalho do educador social ou suas condições de trabalho e verbalizou interesse pela pesquisa.

Colocou também que outros universitários já realizaram pesquisas na organização e que a Sociedade Santos Mártires está sempre aberta como campo de pesquisa e que provavelmente todos concordarão, mas, no entanto como o

espaço é democrático e que mesmo que alguns educadores tenham manifestado interesse em participar nem todos eles estavam a par ainda do conteúdo da pesquisa.

Foi proposto então agendar um novo dia para que as pesquisadoras conversassem com eles e explicassem os objetivos da pesquisa. Ela respondeu que iria verificar com eles algumas datas e daria uma resposta até dia 20 de dezembro.

Após a conversa ela convidou as pesquisadoras a conhecerem o espaço onde funciona o Núcleo Sócio Educativo e as informou de quantos funcionários haviam no serviço e quais suas funções, carga horária de trabalho e vínculo empregatício. Também contou sobre as atividades realizadas no espaço.

Ao fim da visita explicitou que o espaço está aberto para conversas e retomou que iria dar resposta quanto a nova visita.

A partir dessa visita e outros contatos com a coordenação via telefone, e-mail, além de idas ao local para conhecer melhor os serviços, percebe-se que a realização da pesquisa neste espaço é de interesse da Organização como também dos educadores os quais se mostram receptivos e motivados a participarem dela.

ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

As condições de trabalho do Educador Social

Pesquisadoras: Flávia Alves da Silva, Magna Soares Ribeiro e Rute Ferreira Batista Camboim. Orientador: Profº Gerson Heidrich da Silva

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr. (a)

Somos alunas do último ano do curso de Serviço Social, da Universidade de Santo Amaro – UNISA (7º semestre A). Solicitamos sua colaboração para participar de uma pesquisa, cujo objetivo é conhecer e refletir as condições de trabalho que o Educador Social tem para desenvolver sua função.

O Instrumento metodológico anexo a este termo e as entrevistas serão estudados somente pelas pesquisadoras e arquivados de forma a manter a confidencialidade dos dados, não divulgando em nenhum momento o nome dos participantes, que poderão ter a liberdade de a qualquer momento desistir de participar sem nenhum prejuízo.

Comprometemo-nos ainda, a informar os resultados da pesquisa.

Agradecemos sua participação.

() Aceita

São Paulo, de Agosto de 2008.

Nome:

Assinatura: _____

Telefone(s): _____ e-mail: _____

Assinatura das pesquisadoras:

ANEXO 3 – INSTRUMENTO DE PESQUISA

ANEXO 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADAS

- 1) O que você entende por condições de trabalho?
- 2) Quais são as condições encontradas no NSE São José – Riviera para o desenvolvimento do trabalho sócio educativo?
- 3) Quais as condições você considera necessárias para realizar o trabalho sócio educativo em um NSE?
- 4) O que o(a) faz sentir-se satisfeito(a) e/ou insatisfeito(a) na realização de seu trabalho ou em relação a ele?
- 5) Quais são as demandas de trabalho apresentadas pela Organização aos Educadores Sociais (O que a organização atribui como atividade ou ações de trabalho do Educador Social)?
- 6) Você identifica alguma condição desfavorável no local de trabalho?
- 7) O que você acredita causar as condições favoráveis ou desfavoráveis à realização do trabalho do Educador Social no NSE Riviera? Caso identifique alguma.
- 8) Conhece o SITRAEMFA – Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo?
- 9) Você identifica alguma relação entre as condições de trabalho do Educador Social e a qualidade do atendimento às crianças e adolescentes em NSE?

**ANEXO 5 – QUADRO DE SERVIÇOS E ATENDIMENTOS PRESTADOS
PELO NÚCLEO SÓCIO EDUCATIVO RIVIERA**

Projeto e/ou Serviço	Quantidade Atendimento	Horário	Funcionários	Voluntários
Centro para Criança e Adolescentes (06 a 14 anos)	120 diariamente	Segunda a Sexta 7h00 as 18h00	12	12
Centro para Juventude (15 a 18 anos)	230 diariamente	Segunda a Sexta 7h00 as 18h00	14	04
Curso de Informática (gratuito)				
Curso de Panificação e Confeitaria (gratuito)				
KAGOHARA - 50				
Curso de Montagem e Manutenção de Micros (gratuito)				
RANIERI - 90				
Curso de Cabeleireiro e Pizzaiolo (gratuito)	10 diariamente	Segunda a Sábado 8h00 as 18h00	10 Cooperadas	
Cooperativa de Costura Ateliê Mãos Dadas				
Biblioteca Comunitária	150 diariamente	Segunda a Sexta 8h00 as 18h00	-	06
Informática para adultos da comunidade (gratuito)	40 mensal	Segunda a Sexta e Sábados	-	02
Panificação e Confeitaria para adultos da comunidade (gratuito)	40 mensal	Segunda a Sexta e Sábados	-	02
Oficina de Multimistura (para crianças e idosos)	500 mensal	Segunda a Sábado 7h00 as 18h00	-	04
Universidade UNIARARAS PEDAGOGIA	40	Segunda a Sexta 18h30 as 23h00	02 (Uniararas)	-
Riviera Recicla SARP x Centro São José (coleta seletiva do Riviera Paulista)	300 (familias)	Segunda a Sábado	Parceria com a SARP (Sociedade de Amigos do Riviera Paulista)	
TOTAL	1430		38	30

ANEXO 6 – SITRAEMFA – CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO EXERCÍCIO
2008 – 2009

<i>SINDICATO PROFISSIONAL</i>	SITRAEMFA - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO À CRIANÇA AO ADOLESCENTE À FAMÍLIA DO ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ: 54.068.960/0001-12 REGISTRO SINDICAL: 24440062042/88
<i>SINDICATO PATRONAL</i>	SINDICATO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, FILANTRÓPICAS E RELIGIOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINBFIR CNPJ: 65.718.751/0001-93 REGISTRO SINDICAL: 24000008260/90
<i>VIGÊNCIA</i>	de 01 de Julho de 2008 a 30 de Junho de 2009
<i>BASE TERRITORIAL</i>	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Entre as Entidades Sindicais acima mencionadas, devidamente autorizadas e representadas, sendo a sindicato profissional MARIA GUSMÃO PEREIRA , portadora do CPF nº 088.762.448-08 e o sindicato patronal por seu diretor presidente WILSON ABÍLIO, portador do CPF nº 029.548.188-91, fica estabelecida a presente Convenção Coletiva de Trabalho, aplicável à categoria profissional dos "Trabalhadores Em Entidades De Assistência E Educação À Criança Ao Adolescente À Família Do Estado De São Paulo", Entidades Beneficentes E Filantrópicas Conveniadas Com O Município De São Paulo, que, reciprocamente, aceitam e outorgam a saber:

CLÁUSULA 1ª – REAJUSTE SALARIAL.

Fica estabelecida a aplicação do reajuste salarial de **8% (oito por cento) a partir de 01/JULHO/ 2008** incidente sobre o salário de 30/06/2008, podendo ser compensadas as antecipações espontâneas já concedidas e discriminadas nos recibos de pagamento antes e durante o período de 01/07/2008 até a data em que está sendo firmada a presente convenção. Ressaltam os sindicatos representantes das categorias profissional e patronal, que poderão ser compensados os valores pagos desde a última convenção até esta data advindos de reenquadramento originário de função / cargos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do ATS /PTS/ ANUÊNIO permanecerá congelado nos recibos de pagamento do empregado de forma discriminada, sem que se confunda com o valor salarial a ser reajustado anualmente, respeitando-se desta forma o direito adquirido do empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As diferenças salariais oriundas da presente Convenção Coletiva de Trabalho poderão ser pagas conjuntamente com a primeira folha de pagamento já reajustada após sua assinatura, sem qualquer tipo de multa ou acréscimo.

CLÁUSULA 2ª – PISO SALARIAL

Fica estabelecido como piso salarial da categoria a partir de 01 de julho de 2008 o valor de **R\$ 563,31 (quinhentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos)**, corrigido pelo mesmo índice de reajuste do salário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deverá ser enquadrado como PDI / ADI 1 o profissional que no exercício da função possuir a formação completa de magistério e /ou pedagogia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Deverá ser enquadrado como ADI 2 o profissional que no exercício da função não possuir a formação completa de magistério e /ou pedagogia.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os sindicatos, profissional e patronal convencionam que, durante a vigência 2008/2009 será mantida a comissão com representantes dos dois sindicatos, com a finalidade de discutirem as adequações de nomenclatura de funções e cargos, de conformidade com as imposições feitas pela Secretaria Municipal da Assistência Social de São Paulo e a Secretaria Municipal da Educação de São Paulo.

QUADRO A SER APLICADO PARA EMPREGADOS CONVENIADOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

DIRETOR / ADMINISTRADOR	R\$ 1.356,13
COORDENADOR PEDAGÓGICO	R\$ 1.086,21
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$ 563,31
ADI 1/ PDI	R\$ 810,00
ADI 2	R\$ 679,37
AUXILIAR DE SALA	R\$ 679,37
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 563,31
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	R\$ 679,37
COZINHEIRA	R\$ 679,37
VIGIA / ZELADOR	R\$ 563,31

QUADRO A SER APLICADO PARA EMPREGADOS CONVENIADOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO

DIRETOR / ADMINISTRADOR /COORDENADOR	R\$ 1.356,13
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$ 563,31
EDUCADOR (04 Horas)	R\$ 406,82
EDUCADOR (08 Horas)	R\$ 813,68
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 563,31
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	R\$ 679,37
COZINHEIRA	R\$ 679,37
VIGIA / ZELADOR	R\$ 563,31

CLÁUSULA 3ª - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho para toda a categoria permanece de 40 (quarenta) horas

semanais sem redução de salários.

CLÁUSULA 4ª – DESVIO DE FUNÇÃO

O empregado que substituir outro na função deste, de forma não eventual, será garantido o mesmo salário percebido pelo empregado substituído, conforme determinado no artigo 460 da CLT.

CLÁUSULA 5ª - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão remuneradas com acréscimo de **100%** (cem por cento), sobre a hora normal.

Parágrafo 1º: Quando o ponto facultativo mencionar expressamente que é extensivo à rede conveniada, poderá ser aplicado o percentual de 50% sobre o valor da hora normal trabalhada para a entidade que determinar o funcionamento normal, facultando-se o descanso.

Parágrafo 2º: na hipótese do parágrafo 1º fica permitida a compensação de horas em descanso.

CLÁUSULA 6ª –EQUIPAMENTOS / ESTABELECIMENTOS COM FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO:

O empregador que em concordância com seus empregados decidirem implantar a escala de trabalho 12 (doze horas de trabalho) por 36 (trinta e seis horas de descanso), conhecimento 12 x 36 horas, deverá afixar no começo do mês a escala de trabalho de seus funcionários da seguinte forma: Uma equipe para trabalhar em turno diurno nos dias pares, outra equipe para trabalhar em turno noturno nas noites pares. Um turno diurno para os dias ímpares, outra equipe para trabalhar em turno noturno nas noites ímpares. Portanto, a entidade trabalhará com quatro turnos de empregados. Cada turno trabalhará doze horas e folgará 36 horas.

Fica assegurada ao trabalhador com carga horária ininterrupta, uma jornada de trabalho de 6 horas diárias, dentro das 40 horas semanais e duas folgas semanais, garantindo o direito de que uma folga ao mês coincida aos domingos.

Parágrafo 1º: Qualquer modificação de turno de empregados, alterando a carga horária deve ser realizada por Acordo Coletivo entre as partes e comunicado por escrito ao sindicato profissional em 48 horas ou convertidos em horas extras pagas na proporção de 100% juntamente com o salário.

CLÁUSULA 7ª- ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O valor constante nos recibos de pagamento sob a nomenclatura ATS / PTS / ANUÊNIO, deverá ser mantido congelado, de forma discriminada nos recibos de pagamento, não podendo ser confundido ao valor pago a título de salário.

CLÁUSULA 8ª – 13º SALÁRIO

O pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário será até o dia 30 de novembro do ano corrente e a última parcela será até 20 de dezembro de 2008

CLÁUSULA 9ª – FÉRIAS

O início das férias individuais ou coletivas não poderá coincidir com sábados, domingos, folgas feriados ou dias já compensados.

Parágrafo único: O pagamento das férias deverá ser feito com antecedência de 02 (dois) dias, inclusive o equivalente a 1/3 (um terço) previsto na Constituição.

CLÁUSULA 10ª- ADIANTAMENTO SALARIAL

Faculdade do empregador em conceder aos empregados, no 15º dia subsequente a data de pagamento da remuneração referente ao mês anterior, adiantamento salarial de até 40% (quarenta por cento) do salário do empregado.

CLÁUSULA 11ª - ADICIONAL POR TRABALHO NOTURNO

Pagamento do adicional de 50% (cinquenta por cento), para o trabalho noturno, executado entre 22:00 e 5:00 horas.

CLÁUSULA 12ª – VALE TRANSPORTE

Fica estabelecida a concessão de vale transporte nos termos da lei.

Parágrafo Primeiro: Em cumprimento às disposições da Lei 7418 de 16/12/85, com redação alterada pela Lei 7619 de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto 95247 de 16/11/87, fica estabelecido que, a critério de cada empresa, a concessão aos empregados do valor correspondente ao vale transporte, poderá ser feita através do pagamento antecipado em dinheiro, observando o limite de desconto de 6% (seis por cento), devendo constar discriminadamente do recibo do pagamento (holerite) e não será considerado parcela salarial para qualquer efeito.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de aumento de tarifas, a empresa se obriga a complementar a diferença por ocasião do pagamento seguinte.

CLÁUSULA 13ª- VALE REFEIÇÃO

Os empregadores fornecerão vale refeição a todos os seus empregados que laboram em jornada integral, superior a 06 (seis) horas diárias ou que estejam desenvolvendo atividades externas ao seu local de trabalho habitual, determinando-se como valor do benefício por dia trabalhado, o importe de **R\$ 12,00** (doze reais), ressalvando que a instituição somente será obrigada ao fornecimento do vale refeição, todas as vezes em que esta não fornecer refeição em suas instalações.

Parágrafo único: Quando a entidade fornecer alimentação, que esta seja de boa qualidade, de forma diversificada, balanceada e que supra as necessidades nutricionais do trabalhador.

CLÁUSULA 14ª – UNIFORMES

Os empregadores fornecerão aos empregados, gratuitamente, os uniformes considerados de uso obrigatório, incluindo luvas, botas, aventais, guarda-pó ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência.

CLÁUSULA 15ª-- ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão reconhecidos os atestados médicos, odontológicos e declaração de

comparecimento médico do titular passados pelos profissionais facultativos do sindicato representante dos empregados, desde que mantenham convênio com o SUS, ou de médicos particulares desde que devidamente identificados com o CRM do profissional.

Parágrafo primeiro: Serão reconhecidos também os atestados médicos emitidos por profissionais do convênio médico em que o empregado seja titular ou dependente.

Parágrafo segundo: fica facultado ao empregador questionar junto ao Órgão Emitente os atestados médicos, que não constar o CID.

CLÁUSULA 16ª – EXAMES MÉDICOS

Os exames médicos por ocasião da admissão, os periódicos e o da demissão de empregados, deverão ser efetuados em local de responsabilidade do empregador, que arcará também com suas custas.

Parágrafo único: No caso de exame médico demissional, DEVERÁ ser assinado por médico do trabalho.

CLÁUSULA 17ª – COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES

Envio imediato ao sindicato profissional a cópia do CAT.

CLÁUSULA 18ª- ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O pagamento do adicional de insalubridade seguirá as determinações contidas na legislação vigente.

CLÁUSULA 19ª- CIPA

Instalação da CIPA e garantia de emprego aos seus membros deverá ser seguida a determinação da legislação vigente.

CLÁUSULA 20ª- LICENÇA REMUNERADA

Licença remunerada como segue:

- a) até 05 (cinco) dias úteis ou 06 (seis)dias corridos em virtude de casamento;
- b) maternidade: 120 (cento e vinte dias);
- c) paternidade: 05 (cinco) dias;
- d) aborto legal: 15 (quinze) dias de licença remunerada até 03 (três meses) de gravidez: 30 (trinta) dias de licença remunerada após 03 (três) meses de gravidez.

CLÁUSULA 21ª – FALTAS JUSTIFICADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao trabalho, sem prejuízo dos salários, nas seguintes condições:

- a) Até 05 (cinco) dias úteis, nos casos de falecimento do cônjuge ou companheira(o) reconhecidos, filhos, pai e mãe.
- b) Até 03 (três) dias úteis, em virtude de falecimento do sogro ou sogra, irmãos, avós e avôs.
- c) 01 (um) dia em caso de internação e alta médica de esposo (a), companheiro (a) e filho(a) maior de 14 anos de idade.
- d) tantas vezes e quantas se fizerem necessárias ao trabalhador que necessitar assistir seu filho menor de 14 anos ao médico, ou seu dependente em imposto de renda,

desde que devidamente comprovado o fato à instituição.
e) acompanhamento ao idoso comprovadamente dependente.

CLÁUSULA 22ª – EMPREGADO ACIDENTADO

Garantia de emprego e salário ao empregado afastado por acidente de trabalho, nos termos da lei nº 8.213/91

CLÁUSULA 23ª – PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Aproveitamento da capacidade de trabalho dos portadores de necessidades especiais, na forma da lei.

Parágrafo único: Abono de faltas para manutenção das suas juntas técnicas (muletas, cadeiras de rodas, aparelhos auditivos e outro).

CLÁUSULA 24ª – LICENÇA PARA ADOTANTE

Licença remunerada de 120 (cento e vinte) dias para mulheres ou homens que adotarem crianças de 0 (zero) a 8 (oito) anos de idade.

Parágrafo único: Para o caso onde a criança tenha de 8 anos e um mês a 10 (dez) anos de idade, a licença remunerada será de 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA 25ª- – EMPREGADO ESTUDANTE

Será concedida saída antecipada de duas horas antes do término do expediente ao empregado estudante, para prestação de exames escolares, condicionada à prévia comunicação cinco dias antes da data saída.

CLÁUSULA 26ª - AVISO PRÉVIO

O empregado que tenha mais de 40 (quarenta) e até 50 (cinquenta) anos de idade e que contar com mais de 05 (CINCO) anos de serviços na mesma entidade, terá direito ao aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias. De 51 (cinquenta e um) anos, em diante e com mais de 5 (cinco) anos na mesma entidade, será assegurado um aviso prévio de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA 27ª – PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento de salários deverá ser efetuado até o quinto dia útil.

Parágrafo primeiro: Os empregadores que não efetuarem o pagamento dos salários em moeda corrente, considerando o “cheque salário” como tal, ou que efetuarem depósito em conta do empregado, deverão proporcionar aos mesmos tempo hábil para o recebimento no Banco, dentro da jornada de trabalho, desde que coincidente com o horário bancário, excluindo-se os horários de refeição / descanso, mediante escala determinada pelo empregador.

Parágrafo segundo: o empregador deverá fornecer o comprovante de pagamento, contendo a discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados com a identificação do empregador e os recolhimentos do FGTS.

CLÁUSULA 28ª – PROMOÇÃO

Fica assegurada a prioridade do recrutamento interno no provimento de vagas

CLÁUSULA 29ª – CONTRATAÇÃO

Toda e qualquer contratação será aceita pelas partes desde que se encontre fundamentado em texto legal, para empregado, estagiário, voluntário, aprendiz.

CLÁUSULA 30ª – ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

As entidades não poderão dispensar seus empregados, salvo nos casos de dispensa por justa causa, desde que tenha mais de 05 (cinco) anos de serviço na mesma entidade, durante 12(doze) meses imediatamente anteriores à aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço, desde que comprovada pelo empregado a anterioridade (tempo faltante para a aposentadoria). Adquirido o direito, extingue-se a estabilidade.

CLÁUSULA 31ª – HOMOLOGAÇÃO

As homologações deverão ser prioritariamente no sindicato de classe.

Parágrafo primeiro: Os prazos estipulados para pagamento das verbas rescisórias são de dez dias a contar da data do comunicado de dispensa, quando o empregado for dispensado do cumprimento do aviso prévio. Quando o empregado cumprir o período de aviso prévio, o prazo para pagamento das verbas rescisórias será o primeiro dia imediato ao último dia trabalhado. As entidades que não cumprirem tais prazos legais, estarão obrigadas ao pagamento de um salário do empregado, de conformidade com o artigo 477 § 8º da CLT em conformidade com a cláusula 38ª desta convenção.

Parágrafo segundo: O prazo para efetivar a homologação junto ao Sindicato ou Ministério do Trabalho é de 15 dias a contar da data do último dia de trabalho, seja ele, Aviso Prévio Indenizado, Trabalhado ou Pedido de Dispensa. Considerando o prazo existente para o ingresso de guias junto à Previdência Social, para recebimento do benefício, o empregador será obrigado a justificar a ausência no ato homologação e conseqüentemente entregar as guias para o levantamento do FGTS e do seguro desemprego, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do último dia trabalhado, todas as vezes que se tratar de contratos com vigência superior a ano e dia, sob pena do empregador responder pela cláusula 38ª desta convenção.

Parágrafo terceiro: Contudo, quando o empregado embora intimado a comparecer para homologação, não o fizer, o empregador estará isento de qualquer penalidade.

CLÁUSULA 32ª- ESTABILIDADES

- a)** estabilidade de UM ANO a contar da data da alta médica em caso de CAT;
- b)** estabilidade durante o período de mandato aos dirigentes sindicais profissionais e de UM ANO a contar do término do mandato;
- c)** estabilidade durante o período de mandato aos membros da CIPA e de UM ANO a contar do término do mandato, desde que devidamente comprovada por ata enviada do sindicato;
- d)** estabilidade aos empregados na época da convenção coletiva qual seja; a partir de 02 de maio a 01 agosto;
- e)** estabilidade de 30 (trinta) dias a contar da data da alta médica , quando o empregado tiver sido afastado por auxílio doença;
- f)** estabilidade de 30 (trinta) dias a contar da data do término afastamento por auxílio maternidade;
- g)** estabilidade por trinta dias quando retornar de férias

CLÁUSULA 33ª - MENSALIDADE ASSOCIATIVA

Fica estabelecido e autorizado o desconto da Contribuição Assistencial, a favor do Sindicato Profissional, nos termos aprovados na assembléia, de **2,0%** (dois por cento) a ser descontada ou **3,0%** (três por cento) (para inclusão de dependentes) de seus salários, em folha de pagamento, que será repassada ao sindicato, até o quinto dia útil do mês seguinte à adesão do trabalhador, no mesmo prazo, as entidades remeterão ao sindicato, relação de associado, com salários, função e valor do desconto.

CLÁUSULA 34ª – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Será descontado de todos os trabalhadores, associados ou não, CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL de 3% (três por cento) do salário do mês imediato após assinatura da Convenção Coletiva, cujo repasse deverá ser até o décimo dia útil do mês subsequente a assinatura do acordo coletivo, através de guias próprias emitidas pelo Sindicato Profissional.

Parágrafo primeiro: O desconto fica subordinado à não oposição do trabalhador, manifestada até 10(dez) dias após a assinatura da convenção negociada.

Parágrafo segundo: O não recolhimento da contribuição referida na presente cláusula acarretará, para o empregador, sanção prevista no texto da Constituição Federal, por falta de recolhimento de taxa.

CLÁUSULA 35ª– LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO

As entidades DEVERÃO liberar do ponto, pelo menos 1 (um) trabalhador de cada núcleo / equipamento, mediante solicitação do Sindicato, para participar de eventos que este venha promover, tais como: congressos, seminários, simpósios, assembleias e reuniões de representantes, assim como DEVERÃO liberar dirigentes sindicais, inclusive de base, sempre que solicitado pelo presidente ou tesoureiro do sindicato com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo primeiro : Todas as vezes que o trabalhador se recusar ao comparecimento determinado no Sindicato Profissional, deverá ser por escrito a sua ausência.

Parágrafo segundo : Todas as vezes que o trabalhador comparecer no sindicato profissional mediante solicitação do presidente e/ou tesoureiro, o mesmo deverá apresentar declaração de comparecimento fornecida pelo sindicato.

CLÁUSULA 36ª- COMUNICADOS DO SINDICATO

As entidades PODERÃO colocar à disposição do sindicato profissional, locais apropriados e acessíveis a todos os empregados para instalação de quadro de avisos.

Parágrafo único: o sindicato se responsabilizará de fornecer à instituição, logomarca para ser afixada neste quadro de avisos, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA 37ª - AÇÃO DE CUMPRIMENTO E COMPETÊNCIA

O Sindicato Profissional será competente para propor as ações relacionadas à categoria profissional, perante a Justiça do Trabalho nos termos da legislação vigente, inclusive quanto aos dissídios coletivos em nome dos trabalhadores associados ou não, em relação às cláusulas elencadas.

CLÁUSULA 38ª – MULTA

Fica estipulada a título de multa, o correspondente ao valor do salário nominal de cada trabalhador quando houver descumprimento ou atraso nos vencimentos de qualquer cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 39ª – PLANO DE SAÚDE /COOPERATIVA DE CRÉDITO

Fica a entidade obrigada a descontar em folha de pagamento juntamente com a taxa associativa sindical, e repassar ao SITRAEMFA, valores referentes a plano de saúde e cooperativa de crédito preposto pelo sindicato, e que o funcionário aderir expressamente, não ultrapassando 30% do salário a ser percebido pelo funcionário conforme legislação vigente.

CLÁUSULA 40ª – APLICABILIDADE

A presente convenção é extensiva a todos os Trabalhadores em Entidades de assistência e Educação à Criança ao Adolescente e à Família no âmbito da Grande São Paulo, cidades a esses vizinhas e arredores, podendo ser estendidas às demais do estado de São Paulo desde que com prévio comunicado à essas e ao Sindicato Patronal.

CLÁUSULA 41ª - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DOS EMPREGADORES

Deverão os empregadores recolher ao Sindicato das Instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo - SINBFIR, a título de Contribuição Negocial, 1,0% (um por cento) sobre a folha de pagamento reajustada do mês de julho / 2008, em 2 (duas) parcelas de 0,5% (meio por cento) cada uma, com recolhimentos a serem efetuados, respectivamente, em 10 de setembro e 11 de outubro de 2008.

Parágrafo primeiro: As guias para recolhimento da contribuição referida na presente cláusula serão remetidas pelo SINBFIR aos empregadores, podendo, também, serem retiradas na sede do Sindicato em São Paulo, a Rua da Consolação nº 374 – 6º andar, conj. 61 / 62, CEP. 01302-000, Fone /Fax (011) 3255.6101.

Parágrafo segundo: O não recolhimento da contribuição referida na presente cláusula acarretará, para o empregador, além dos juros de mora, uma multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o montante devido e não recolhido, sem prejuízo de sua atualização monetária.

CLÁUSULA 42ª - VIGÊNCIA

A presente convenção terá a vigência a partir de 01 de julho de 2008, sendo que as cláusulas sociais vigerão por mais 02 (dois) ano e as cláusulas econômicas serão revistas à cada data base, esta que permanece em 01 de julho de cada ano.

CLÁUSULA 43ª -COMISSÃO

Estabelecem as partes que todas as vezes em que se fizer necessário a formação de uma comissão intersindical para tratar de assuntos comuns às duas categorias (patronal e profissional), sempre com o acompanhamento de representantes dos sindicatos e dos trabalhadores.

CLÁUSULA 44ª - AUXÍLIO CRECHE/ CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As entidades serão obrigadas ao reembolso do valor correspondente a 15% (quinze

por cento) do piso determinado na cláusula 2ª desta convenção coletiva, por filho menor de cinco anos , sempre que comprovado o pagamento mensalmente, de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA 45ª- IMPLANTAÇÃO DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Fica facultado à entidade a implantação de seguro de vida em grupo, ressalvando-se que a entidade terá o direito de descontar em holerite o percentual determinado em lei, por empregado que fizer parte da apólice.

São Paulo, 25 de agosto de 2008.

WILSON ABÍLIO – CPF: 029.548.188-91

Sindicato das Instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas do Estado de SP – SINBFIR
CNPJ: 65.718.751/0001-93
Rua da Consolação, 374 - 6º andar - salas 61/62
São Paulo /SP – CEP: 01302-000 – FONE: (011) 3255.6101

MARIA GUSMÃO PEREIRA

Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo - SITRAEMFA
CNPJ: 54.068.960/0001-12
Av. Celso Garcia, nº 4031 – Tatuapé,
São Paulo/SP – CEP: 03063-000 – FONE: (011) 6941-4011

Cristiane C. Bicudo Ferreira
Assessor Jurídico do SINBFIR
OAB/SP 117.299

Carlos Alberto Viola
Assessor Jurídico do SITRAEMFA
OAB/SP 78.380

Consulta realizada em 28/10/2008 no site:

http://www.sitraemfa.org.br/pagina.php?id_link=18